



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Rafael Rodrigues Sobreira de Souza

**COMÉRCIO E CONSUMO NA CIDADE LIVRE (NÚCLEO
BANDEIRANTE - DISTRITO FEDERAL), FACE A CONSTRUÇÃO DE
BRASÍLIA**

Brasília, 2016.



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Rafael Rodrigues Sobreira de Souza

**COMÉRCIO E CONSUMO NA CIDADE LIVRE (NÚCLEO
BANDEIRANTE - DISTRITO FEDERAL), FACE A CONSTRUÇÃO DE
BRASÍLIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília – UnB (*Campus Darcy Ribeiro*), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília, 2016.



Rafael Rodrigues Sobreira de Souza

Comércio e consumo na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante - Distrito Federal), face a construção de Brasília

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília – UnB (*Campus Darcy Ribeiro*), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – UnB

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho – UnB

Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade - UFBA / CMB

Profa. Msa. Rúbia de Paula Rúbio - UnB

Aprovado em: 05/07/2016

Brasília, 05 de julho de 2016

Brasília,
Julho de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

SOBREIRA, Rafael

Comércio e consumo na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante - Distrito Federal), face a construção de Brasília, 73 p.

Orientação: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Monografia de Graduação - Universidade de Brasília, Departamento de Geografia. Bacharelado em Geografia, UnB, 2015.

1. Cidade Livre
 2. Núcleo Bandeirante
 3. Comércio
 4. Consumo
 5. Geografia Urbana Histórica
-

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SOBREIRA, Rafael. **Comércio e consumo na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante - Distrito Federal), face a construção de Brasília**. 2016. p. 73. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Rafael Rodrigues Sobreira de Souza

TÍTULO: Comércio e consumo na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante - Distrito Federal), face a construção de Brasília

GRAU: Bacharel

ANO: 2016

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias dessa monografia de graduação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos, desde que citada a fonte.

RAFAEL RODRIGUES SOBREIRA DE SOUZA

Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

rafaelrodrigues.gea@gmail.com

*Dedico este trabalho a minha querida
companheira Estephany e aos meus Pais, Eliomar
e Thais. Que assim como os Candangos ousaram
sonhar, têm determinação para construir e
coragem de lutar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre guiar meu destino.

A minha amada companheira Estephany Almeida, meu Norte, que em todos os momentos está firme ao meu lado. Quero agradecer sua amizade, carinho e amor. Sentimentos que me dão força para seguir em frente todos os dias. Também quero agradecer por todas as reflexões geográficas que tivemos e por contribuir com a construção deste trabalho.

Agradeço também aos meus pais, minha base, Eliomar Rodrigues e Thais Sobreira. Que com amor me ensinaram desde cedo valores que carregarei por toda minha vida. Obrigado por tudo que fizeram e fazem por mim. Tudo o que sou e ainda virei a ser devo a vocês.

Quero deixar registrado minha grande admiração e respeito ao Prof. Dr. Everaldo Costa. Gostaria de agradecê-lo por me ensinar e, principalmente, por oferecer suas valiosas orientações que não se limitavam apenas a assuntos acadêmicos, mas também envolviam ensinamentos sobre a vida e suas complexidades.

Também deixo meus sinceros agradecimentos aos entrevistados durante a pesquisa, Candangos e Pioneiros, que confiaram e compartilharam comigo suas preciosas memórias.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo preencher, introdutoriamente, uma lacuna documental existente em torno da memória operária da construção de Brasília no que tange a Cidade Livre. Essa cidade, hoje chamada de Núcleo Bandeirante, teve um papel fundamental para que a ideia de construir a nova Capital do Brasil fosse concretizada. Pois, a Cidade Livre foi o centro comercial e recreativo que abasteceu praticamente todos os que estavam envolvidos com a construção de Brasília. Livre de impostos, a Cidade Livre logo se tornou uma centralidade comercial que oferecia os mais variados tipos de serviços e formas comerciais à crescente população que se estabelecia no quadrilátero onde a nova Capital da República estava sendo construída. Em torno desse dinâmico centro abastecedor, que após a inauguração de Brasília deveria ser desativado e demolido, por não estar inserido nos planos urbanísticos da Capital, foram sendo construídas inúmeras ocupações irregulares como alternativa a crise habitacional que até hoje aflige o Distrito Federal. Como a demolição da Cidade Livre era prejudicial para os moradores locais, que já possuíam relações identitárias com o lugar, e para os empresários, que contavam com um cativo mercado consumidor, a solução encontrada pela população local foi a união para resistir as forças e pressões do Estado. Nesse sentido, buscamos resgatar a memória, individual e coletiva, que perpassa a construção, consolidação e a luta pela fixação da Cidade Livre.

Palavras-chave: Cidade Livre, Núcleo Bandeirante, Comércio, Consumo, Geografia Urbana Histórica.

LISTA DE MAPAS, GRÁFICOS, TABELAS E FOTOS

MAPAS

MAPA 1 – Localização do Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre	22
MAPA 2 – Ordenamento urbano e comercial da Cidade Livre em 1959	28
MAPA 3 – Localização Estratégica da Cidade Livre - DF (1956-1961)	40
MAPA 4 – Evolução da ocupação urbana do Núcleo Bandeirante (1958-2004)	65

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População residente da antiga Cidade Livre, entre os anos 1957-1960	44
GRÁFICO 2 – População residente do Distrito Federal, entre os anos 1957-1960	44
GRÁFICO 3 – Estabelecimentos comerciais da Cidade Livre no ano de 1956	45
GRÁFICO 4 – Estabelecimentos comerciais da Cidade Livre no ano de 1959	49
GRÁFICO 5 – População residente do Núcleo Bandeirante, entre os anos 1957-1970	62
GRÁFICO 6 – População residente do Núcleo Bandeirante, entre os anos 2011-2015	64

TABELAS

TABELA 1 – Edificações – Sistema Habitacional	61
TABELA 2 – Evolução da Verticalização no Núcleo Bandeirante (2011-2015)	66

FOTOS

FOTO 1 – Candangos chegando na Av. Principal da Cidade Livre em 1957	27
FOTO 2 – Vista aérea da Av. Central da antiga Cidade Livre (1957-1960)	29
FOTO 3 – Comércio na Cidade Livre em 1959	30
FOTO 4 – Invasões localizadas em torno da Cidade Livre (1956-1960)	31
FOTO 5 – Modo de produção medieval	34
FOTO 6 – Atividade comercial em burgo medieval	34

FOTO 7 – Modo de produção industrial	34
FOTO 8 – Linha de montagem fordista	34
FOTO 9 – Cidade Livre no ano de 1959	42
FOTO 10 – Mercado localizado na Cidade Livre (1956-1960)	42
FOTO 11 – Loja de utensílios em geral localizada na Cidade Livre (1956-1960)	42
FOTO 12 – Avenida Central da Cidade Livre em 1959	43
FOTO 13 – Israel Pinheiro e JK saindo de um restaurante na Cidade Livre (1959)	45
FOTO 14 – Restaurante localizado na Cidade Livre (1956-1960)	48
FOTO 15 – Divulgação dos filmes em cartaz na Cidade Livre (1956-1960)	48
FOTO 16 – Casa comercial na Cidade Livre (1956-1960)	48
FOTO 17 – Estabelecimentos comerciais na Cidade livre (1956-1960)	48
FOTO 18 – Capela Nossa Senhora Aparecida	63
FOTO 19 – Habitação de madeira na Vila Metropolitana	63
FOTO 20 – Verticalização no Núcleo Bandeirante	65
FOTO 21 – União entre a habitação e o comércio.	65
FOTO 22 – Museu Vivo da Memória Candanga. Núcleo Bandeirante, DF	67

LISTA DE SIGLAS

ACB – Associação Comercial de Brasília

ANA – Agência Nacional de Águas

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

DF – Distrito Federal

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

GDF – Governo do Distrito Federal

GECIPA – Grupo de Pesquisas [CNPq] Cidades e Patrimonialização

HJKO – Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira

IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JK – Presidente Juscelino Kubitschek

MPFUNB – Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante

MVMC – Museu Vivo da Memória Candanga

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PDAD – Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios

RA – Região Administrativa

SEDHAB – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação

SUMÁRIO

Introdução	12
Justificativa	13
Objetivos	14
Objetivo Geral	14
Objetivos Específicos	14
Procedimentos Metodológicos	15
1. A Cidade Livre no Contexto da Construção de Brasília	17
1.1 A memória no estudo da cidade	17
1.2 A utopia chamada Brasília	23
1.3 A Cidade Livre face a Construção de Brasília	25
2. Comércio e consumo na Cidade Livre, uma relação de origem	32
2.1 A Relação entre o comércio, o consumo e a cidade	32
2.2 Comércio e consumo na Cidade Livre	38
3. De Centro Provisório a Região Administrativa do Distrito Federal	52
3.1 A Cidade Livre ilegal, uma consequência da utopia	52
3.2 A luta pela fixação da Cidade Livre	56
3.3 De Centro Provisório a Região Administrativa	59
Considerações Finais	68
Referências Bibliográficas	70
Apêndice	73

INTRODUÇÃO

A cidade, o comércio e o consumo possuem uma íntima relação. Por um lado o comércio necessita da cidade para ocorrer, por outro o comércio viabiliza a vida na cidade e o consumo move as atividades comerciais. Essa relação é cíclica, antiga e garante a vida urbana. Segundo Salgueiro e Cachinho (2009), se nem todas as cidades são frutos dessa atividade econômica, nenhuma pode existir sem a presença das trocas.

A Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante - DF, é uma cidade que nasceu e continuou a existir em função do comércio. Ela foi criada para ser um núcleo comercial provisório, que garantiria o abastecimento dos trabalhadores ligados a construção de Brasília - DF. Este núcleo urbano, em pouco tempo tornou-se uma centralidade e um ponto de referência para todos que habitavam a área onde estava sendo construída a nova Capital do Brasil.

Em razão de seu caráter provisório, com a inauguração de Brasília, a Cidade Livre deveria ser desativada e demolida. Todavia, houve uma resistência generalizada por parte dos moradores e empresários que já possuíam relações com o lugar em questão. Para evitar que a cidade fosse destruída pelas autoridades a população local se organizou, resistiu e conquistou o direito a cidade.

Para compreendê-la, buscamos os aspectos históricos, estratégicos e socioeconômicos que a envolvem. No que diz respeito às atividades comerciais, esses aspectos também são levados em consideração, principalmente em relação aos fluxos e as dinâmicas territoriais.

Nesse sentido, o presente trabalho, na perspectiva da geografia urbana histórica, tem como objetivos principais analisar o contexto histórico da criação da Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante – DF, e os fatores que influenciaram na construção e consolidação da cidade. Também buscamos compreender o papel e a importância que as atividades comerciais exerceram na antiga Cidade Livre. Para alcançar tais objetivos optamos por analisar a cidade sob um viés comercial, visto que a localidade possui raízes ligadas às atividades comerciais e de prestação de serviços.

JUSTIFICATIVA

O presente trabalho faz frente a uma tirania analítica que apresenta a história e a memória do Distrito Federal apenas a partir de Brasília. Dessa maneira é reproduzido o ideário utópico que a Capital representa, onde as demais Regiões Administrativas, que compõem o Distrito Federal, são negligenciadas.

Muitos são os trabalhos que abordam Brasília como símbolo da modernidade. E no que tange a sua memória, apenas seus idealizadores são ovacionados. Todavia, são raros os trabalhos e até registros que tratam sobre a memória dos que literalmente ergueram a atual Capital da República.

Em contraposição, esta pesquisa busca contribuir, introdutoriamente, com o preenchimento de uma lacuna científico/documental a respeito da memória da Cidade Livre. Uma vez que são insuficientes os trabalhos relacionados a sua criação, consolidação e urbanização. O presente trabalho adquire importância, pois segundo dados oficiais, apenas 3,26% da população local viveu no Núcleo Bandeirante durante seus anos iniciais. Fato que impõem uma urgência na preservação e divulgação das memórias, individuais e coletivas, que compõem a identidade do Núcleo Bandeirante e do Distrito Federal com um todo.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- Analisar o contexto histórico da criação da Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante – DF, e os fatores que influenciaram na construção e consolidação da cidade.
- Compreender o papel e a importância que as atividades comerciais exerceram na antiga Cidade Livre.

Objetivos Específicos

- Compreender as particularidades que levaram a fundação e a manutenção da Cidade Livre.
- Entender a função estratégica da Cidade Livre durante a construção de Brasília.
- Avaliar os elementos que tornaram a Cidade Livre uma centralidade comercial durante a construção da nova Capital brasileira.
- Analisar as tentativas de desativação e demolição da Cidade Livre, após a inauguração de Brasília, e a consequente resistência e luta pela fixação da cidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho, primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acurada sobre a construção de Brasília e dos “núcleos provisórios” que deram suporte aos trabalhadores responsáveis por erguê-la. Dentre os “núcleos provisórios”, fizemos um recorte espacial e aprofundamos a análise na antiga Cidade Livre. Nessa etapa encontramos dados e registros históricos em livros, artigos científicos e em uma tese de doutorado. Durante esta etapa, também foram pesquisados temas relativos ao espaço urbano, comércio, consumo e a memória para fornecer embasamento teórico à discussão proposta.

Em seguida, buscamos dados e informações em fontes governamentais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Administração Regional do Núcleo Bandeirante, Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, e no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC.

Nesse momento nos deparamos com a grande dificuldade da pesquisa. A falta de dados estatísticos, nos órgãos governamentais locais, referentes a Cidade Livre no período analisado. Segundo Vasconcelos (2009), esse é um grande obstáculo que os geógrafos urbanos históricos encontram em suas pesquisas. Para superá-lo buscamos em diversos livros antigos, que de forma breve, tratavam sobre o assunto. E após muito pesquisar foram encontrados dois livros (A epopeia da construção de Brasília de Adirson Vasconcelos; Brasília e sua ideologia de Geraldo Joffily) que traziam informações quantitativas sobre o comércio na Cidade Livre no corpo do texto. Essas informações foram adaptadas e transformadas em gráficos que estão neste trabalho.

Ainda nessa etapa, de coleta de dados e informações, encontramos registros iconográficos e relatos de história oral no Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF. Tais materiais foram fundamentais para a elaboração deste trabalho, pois trazem à tona imagens de tempos pretéritos, que fazem parte da história da cidade, e memórias daqueles que vivenciaram a cidade no período analisado.

Após a pesquisa de gabinete, demos início às visitas prévias ao Núcleo Bandeirante – DF com o intuito de familiarizar-se com o local de estudo. Foram realizadas quatro visitas prévias, onde foram visitados pontos históricos, comerciais, residenciais, industriais, além de locais de encontro e convivência da população local.

Em seguida, realizamos seis atividades de campo no Núcleo Bandeirante – DF. Onde o objetivo foi analisar o espaço urbano da cidade e realizar entrevistas semiestruturadas com moradores que viveram na antiga Cidade Livre. Utilizando um gravador de áudio, cinco relatos orais foram registrados, com a intenção de resgatar a memória dos que vivenciaram e conceberam seu espaço de vida na Cidade Livre. Dentre eles, trechos de três entrevistas de história oral estão neste trabalho. Os demais serão utilizados em futuras pesquisas.

Também foram realizadas visitas técnicas ao Museu Vivo da Memória Candanga, localizado no Núcleo Bandeirante, e na Administração Regional do Núcleo Bandeirante – DF para coleta de informações, dados e recursos iconográficos. Todavia, apenas as duas visitas ao MVMC foram pertinentes à pesquisa.

Após finalizar as atividades de campo e as visitas técnicas demos início às etapas de organização e estruturação desta monografia. Também foram elaborados mapas, utilizando o software livre QGis, para localizar e espacializar informações contidas no trabalho. Desse modo, os conceitos teóricos, dados estatísticos, registros históricos, registros orais e recursos iconográficos, coletados e selecionados, e os mapas elaborados compõe o presente trabalho.

Por fim, no que se refere elaboração escrita desta monografia, utilizamos o método de investigação regressivo-progressivo, proposto por Henri Lefebvre (1999). Este método parte da datação e análise de momentos históricos para a construção do presente atrelado ao conhecimento empírico adquirido em campo.

1. A Cidade Livre no contexto da construção de Brasília

1.1 A memória no estudo da cidade

As cidades são um fato, nelas vivem a maior parte da população brasileira e global. É na cidade que se concentra o grande capital, a maioria das infraestruturas, os investimentos, as decisões, os sistemas de trocas, ofertas de emprego e, conseqüentemente, os conflitos sociais (Corrêa, 1989).

Compreendida pelos geógrafos como espaço urbano, a cidade liga e une indivíduos e grupos entre si. Ela é resultado dos processos e das relações sociais que ocorreram com o passar do tempo. Segundo Corrêa (1989), essa porção do espaço geográfico é composta por diferentes usos da terra que resultam na organização espacial da cidade. Por exemplo, áreas residenciais, comerciais, industriais, de lazer e para especulação e expansão urbana. Cada um desses usos possui sua função e características, ou seja, o espaço urbano é fragmentado.

Essa fragmentação é decorrente da ação dos diversos agentes modeladores que produzem e consomem espaço urbano: proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos excluídos (Corrêa, 2005, p. 146).

Todavia, cada área do espaço urbano apresenta relações diretas com as demais gerando assim uma unidade. Portanto, a cidade é ao mesmo tempo um espaço fragmentado e articulado. “Com articulação se quer dizer que cada uma das partes da cidade mantém relações com as demais, ainda que sejam de natureza e intensidade variáveis” (Corrêa, 2005, p. 147).

É possível notar essa fragmentação e articulação na própria paisagem urbana, onde facilmente se identificam áreas com determinadas funções e, entre elas, os intensos fluxos de pessoas e mercadorias. O resultado dessas interações faz com que a cidade apresente-se como um espaço complexo, dotado de semelhanças e singularidades que interessam ao geógrafo estudar.

Nesse sentido, reconhecemos a importância do comércio na consolidação do espaço urbano. “O comércio faz parte da razão de ser da cidade” (Salgueiro e Cachinho, 2009, p. 9). Uma vez que, ao mesmo tempo em que amplia e cria novas áreas, também gera diversos fluxos na cidade.

Segundo Salgueiro e Cachinho (2009), o comércio é uma atividade econômica intimamente relacionada com o espaço urbano, o que possibilita a existência de ambos. No que diz respeito a compreensão da cidade, as atividades comerciais esclarecem seu ordenamento espacial e revelam aspectos sobre os intensos fluxos que ocorrem no seu interior e com demais cidades. Nesse caminho buscaremos compreender a formação e a consolidação da Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante - DF, que foi um núcleo comercial fundamental para efetivar a construção de Brasília.

Quando se pretende estudar geograficamente determinada cidade, sobretudo em uma perspectiva histórica, devemos considerá-la como um espaço complexo. É necessário analisar os interesses, processos e as relações sociais, em diferentes escalas, que lhe deram origem. Dessa maneira, evita-se uma visão unilateral da cidade. Podendo caminhar para sua compreensão nos mais diversos aspectos.

A cidade é fruto de ações e relações sociais que aconteceram no passado e acontecem no presente. Porém, quando se estuda o tempo pretérito é preciso ter em mente que é impossível recuperar o passado exatamente como ele aconteceu. Entretanto, com esforço obteremos ferramentas que auxiliarão na análise e na compreensão dos processos que atuaram naquele espaço (Abreu, 2013).

Deste modo, é preciso contextualizar as formas morfológicas produzidas pela sociedade e suas relações com os processos sociais que lhe deram origem. Esse esforço se torna fundamental para o entendimento do passado, do presente e da identidade de um lugar. “Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação da identidade” (Bosi, 2004, p. 16).

A cidade enquanto organismo vivo varia no tempo e no espaço, escrevendo formas e estruturas em suas paisagens e recordações na vida de sua população. Essas ligações que acontecem na cidade geram e guardam lembranças que conseqüentemente possuem uma base espacial, formando assim as memórias.

O que muda na paisagem urbana pode ser preservado e acessado pela memória daqueles que compartilhavam, a sua maneira, determinado lugar. As modificações na paisagem cotidiana da cidade são enraizadas na memória, pois geram inquietações naqueles que perceberam a mudança.

Os velhos lamentarão a perda do muro em que se recostavam para tomar sol. Os que voltam do trabalho acharão cansativo o caminho sem a sombra do renque de árvores. A casa demolida abala os hábitos

familiares e para os vizinhos que a viam há anos aquele canto de rua ganhará uma face estranha ou adversa (Bosi, 2006, p. 451).

Mesmo acrescentando ruas, modificando fachadas, destruindo casas não se pode destruir o vínculo que as pessoas têm com suas lembranças que estão eternizadas em suas memórias. Pode-se mudar a morfologia da cidade e a fisionomia da paisagem, mas a resistência da memória permanece nos indivíduos e grupos que estiveram ligados a ela (Bosi, 2006).

Segundo Abreu (2013), a memória é uma categoria biológica e psicológica que diz respeito à capacidade de armazenar e conservar informações, fatos, imagens e acontecimentos. A memória é um elemento social e coletivo, essencial para o processo de construção da identidade de um determinado lugar. O estudo do lugar demonstra sua importância na medida em que valoriza as peculiaridades da localidade e também as do indivíduo, com suas vivências e memórias. Dessa maneira as diferentes visões e interpretações sobre um acontecimento ou lugar favorecem a leitura da cidade.

Uma maneira de utilizar a memória na construção do saber é por meio da técnica de história oral, que pode ser entendida como um método capaz de contribuir com o resgate e a análise das memórias de um grupo. Utilizando entrevistas e gravações é possível registrar e preservar a memória de pessoas ligadas a determinados lugares e fatos.

O uso da técnica de história oral seria, portanto, uma ferramenta para a construção da identidade de grupos e de transformação social. Onde os depoimentos orais (memórias) seriam os instrumentos para se preencher lacunas documentais e para ouvir a “história dos excluídos” (Ferreira, 1998).

Neste sentido, Halbwachs (1990) afirma que existem duas categorias de memórias, a memória individual e a memória coletiva. A memória individual é tratada por Abreu (2013) como aquela que cada pessoa carrega dentro de si, através de lembranças e registros de tempos passados. Essa memória é fundamental para a recuperação da memória das cidades, pois é através desses registros que se pode atingir momentos e formas espaciais que já não estão mais na paisagem. Já a memória coletiva, segundo Le Goff (1990), é composta pelas lembranças vividas pelo indivíduo, mas que não são única e exclusivamente dele. Elas são entendidas como

pertencentes a uma comunidade ou grupo, e conseqüentemente identificam esse grupo.

Entretanto, é preciso ter cuidado com essas memórias porque elas são subjetivas. Isso quer dizer que as pessoas fazem o que querem com suas memórias e se lembram apenas do que é oportuno lembrar, além de incorporarem sentimentos e valores as suas lembranças. Todavia, a memória individual não deixa de ser uma ótima ferramenta para a reconstrução imagética da paisagem e de momentos que já se passaram. A memória individual também contribui na descoberta do tempo e do espaço que antes acreditavam estar esquecidos, onde por meio de lembranças e recordações é possível acessar locais e acontecimento pretéritos de um determinado lugar. Desse modo é preciso sempre basear a memória em fatos históricos (Abreu, 2013).

Não é seguro seguir apenas pelo caminho delicado da memória deixando de lado a análise dos contextos históricos e as modificações espaciais, pois a memória é seletiva e está em constante transformação. É preciso seguir também pelos caminhos mais prudentes da geografia e da história, que seguindo métodos científicos estão sempre buscando a verdade e sendo postos à prova. Devemos estar cientes que a geografia e a história, assim como a memória não são neutras. Porém, as citadas ciências constantemente são reinterpretadas, permitindo que falsas interpretações sejam detectadas e denunciadas. “Privilegiar apenas a memória seria afundar no abismo escuro do tempo” (Abreu, 2013 p. 29).

Também é necessário reconhecer, quando se pretende estudar o passado, que qualquer marca de um tempo pretérito está carregada de significados que são particulares a certos indivíduos e grupos sociais. Assim, é fundamental contextualizar os vestígios e acontecimentos analisados para que seja possível compreendê-los em sua totalidade.

Segundo Abreu (2013), o resgate da memória das cidades não pode se limitar apenas à recuperação das formas materiais do passado. Há uma grande necessidade de se recuperar também aquilo que não deixou marcas na paisagem e está eternizado nas instituições de memória e nas lembranças das pessoas que viveram em um determinado espaço-tempo. Uma das maneiras de se fazer isso é relacionar esses vestígios a processos históricos e sociais que ocorreram em escalas mais amplas, por isso a história é mais confiável que a memória puramente analisada.

É essencial enfatizar que a história de um lugar é resultado de ações que ocorreram em um determinado tempo e sobre um dado espaço. Pois, toda e qualquer ação humana está fundamentada espacialmente e é resultado de interesses em diferentes escalas. Não podemos nos permitir recuperar o tempo e perder o lugar, por isso, é necessário agregar ao fato histórico um gancho espacial. Não basta analisarmos apenas os processos sociais no espaço, é preciso considerar também o espaço onde os processos ocorreram.

Neste contexto, em diálogo com Halbwachs (1990), Abreu (2013) destaca que quando tratamos de memórias é imprescindível não dissociar a categoria tempo da categoria espaço, pois o tempo só se concretiza quando está ancorado em um determinado espaço. A memória para que possa servir como uma ferramenta reconstrutora do passado precisa encontrar resistência e uma base espacial, neste sentido a ciência geográfica se faz fundamental na reconstrução e análise do passado.

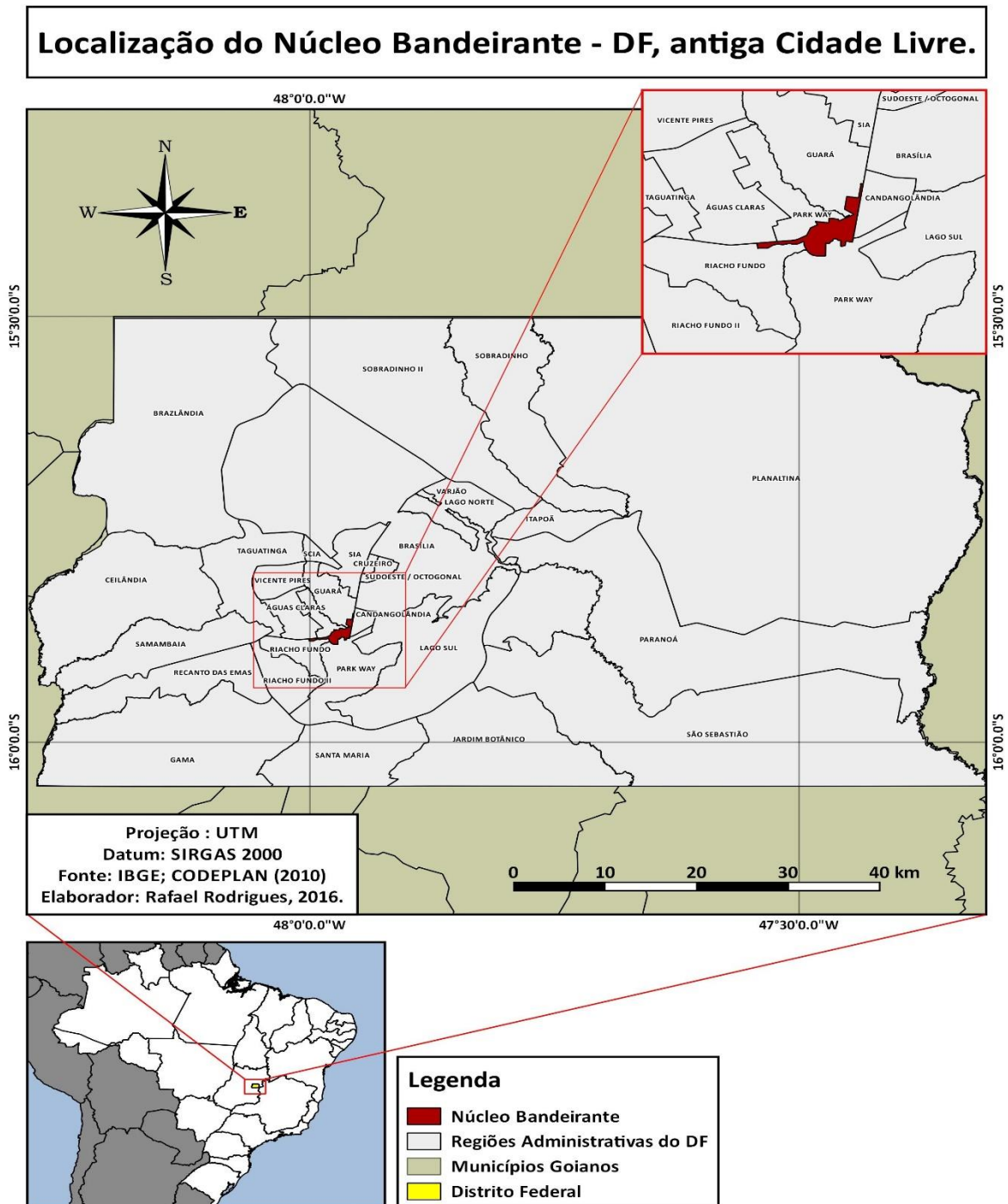
Segundo Abreu (2013), a resistência de uma memória individual, que por definição é única, é diferente da resistência de uma memória coletiva que é construída socialmente e ligada a um grupo, transcendendo a escala individual. Não diminuindo a importância da memória individual, Halbwachs (1990) demonstra que a capacidade humana de se lembrar não é determinada apenas pela relação de um indivíduo com um determinado espaço, mas pela aderência do grupo do qual ele fez ou faz parte àquele mesmo espaço. Ou seja, um espaço compartilhado por uma coletividade: onde se viveu, trabalhou e habitou por certo período de tempo.

O que faz com que exista uma memória coletiva ou social em um determinado lugar é o fato de certo grupo ter estabelecido nesse local, relações sociais de cooperação ou conflito. Neste sentido, a Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante - DF, (*ver mapa 1*) pode se caracterizar como um lugar de memória. Pois foi palco tanto de relações de cooperação, entre seus primeiros habitantes (Pioneiros e Candangos¹), quanto de conflitos com o Estado na luta pela fixação da cidade.

De acordo com Abreu (2013, p. 28), “a vivência na cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência à mesma cidade”. Nesse sentido, coexistem em uma

¹ Os pioneiros referiam-se aos primeiros trabalhadores que chegaram em Brasília, eram comerciantes e pessoas qualificadas profissionalmente. Já os Candangos eram vistos de forma pejorativa, eram operários sem qualificação e instrução.

mesma cidade infinitas de memórias individuais e, conseqüentemente, memórias coletivas.



Mapa 1. Localização do Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre. Elaboração Própria.

Entretanto, a cidade não é simplesmente um aglomerado de memórias uniformes e combinadas. A memória coletiva de um determinado grupo pode apresentar diferenças e contradições em suas diversas memórias individuais, pois

cada pessoa interpreta um momento a seu modo. Podemos dizer que uma cidade possui inúmeras memórias individuais, em outras palavras, várias interpretações da realidade urbana (Abreu, 2013).

Logo, é necessário buscar e preservar tais memórias, pois elas fazem parte da identidade de um grupo em um determinado período e lugar. E a maneira mais eficaz de se fazer isso é eternizando essas memórias em registros permanentes, transformando-as em memória histórica, para que possam ser lembradas e analisadas por todos.

1.2 A utopia chamada Brasília

Como todas as cidades, Brasília tem em seu interior uma memória coletiva. Essa memória coletiva se dá a partir daqueles que viveram e presenciaram o processo de construção e transformação da Capital. Cabe a nós registrar e preservar essas memórias que contribuem com o processo de formação da identidade do brasiliense e de todo o povo brasileiro.

A ideia inicial de Brasília era de que a cidade monumental deveria representar o surgimento de um novo Brasil, negando completamente as mazelas e os problemas urbanos encontrados nas demais cidades brasileiras. Dessa forma, enquanto “utopia imaginada”, Brasília silencia determinadas memórias e detalhes de sua construção e ocupação, pois esses processos foram contrários ao seu objetivo inicial (Holston, 1993, p. 199).

Lúcio Costa ao planejar “sua” cidade não levou em consideração as consequências que uma nova Capital geraria. Por exemplo, a migração em massa de operários (os Candangos) e as consequentes ocupações dentro e no entorno de Brasília. Ou talvez realmente acreditasse que o plano de “dispensar” os trabalhadores que ergueram pedra sobre pedra Brasília fosse dar certo.

Ainda no período de construção, as reivindicações (por melhores condições de trabalho, habitação, alimentação) eram duramente reprimidas. Nesses casos a Guarda Especial de Brasília – GEB, temida por seus atos de violência, era acionada. A situação se agravou com a inauguração de Brasília, onde começaram as desocupações forçadas e demolições (Holston, 1993).

O Estado, visando preservar seu plano inicial, de erguer uma Capital que negaria as demais cidades brasileiras, não hesitou em “usar seu poderes administrativos e

policiais para remover a força de trabalho da capital construída. Negando aos operários da construção direitos de residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse raízes na cidade inaugural” (Holston, 1992, p. 200).

O sonho de oportunidades e de uma vida melhor, que foi oferecido aos Candangos, estava se tornando um pesadelo. Arrancavam-lhes, em prol de uma utopia, a referência de um lar e demonstravam que seu lugar não era ali. Após depositar suas energias e esperanças na nova cidade, os edificadores de Brasília ficavam à margem da modernidade.

Em verdade, o Candango de 1957 (o migrante trabalhador pobre) foi tão negligenciado e desistoricizado que sua origem de classe original se perdeu; para se apagar a memória de um Brasil atrasado, Brasília não poderia guardar a memória daqueles que fizeram a sangue, suor e ferro essa memória (Costa; Peluso, 2013, p. 9-10).

Contudo, as lutas de resistência e a representação social fizeram com que a ordem fosse mudada. As autoridades foram obrigadas a reconhecer aos operários o direito à habitação. Porém, para evitar que os planos de uma cidade alternativa fossem frustrados, instalações foram criadas e ampliadas, sem nenhuma infraestrutura para receber essa massa de trabalhadores.

O governo fundou as cidades-satélites para manter as intenções que foram ameaçadas pela formação da periferia ilegal, procurou contrariar o processo de “abrasileiramento” de Brasília, construindo satélites à imagem de um plano piloto intocado (Holston, 1993 p. 273).

As autoridades com um discurso preservacionista utilizaram diversos meios, dentre eles a segregação e a violência, para demolir ocupações ilegais e forçar a retirada dos trabalhadores das áreas centrais de Brasília. Os ocupantes dessas áreas eram enviados para terrenos nas cidades-satélites, que por sinal ficavam bem distantes da cidade que acabavam de construir.

Segundo Holston (1993), o discurso de que a nova Capital representaria um novo Brasil, e serviria de modelo para as demais cidades do País, caiu por terra quando o Estado utilizou mecanismos de exclusão e estratificação social para manter a ideia inicial de Brasília. Os gestores de Brasília acabaram reafirmando a realidade que queriam negar.

Brasília, nesse contexto utópico retrata bem a negligência com os seus edificadores, reais construtores dessa monumental cidade, e com o outro lado da história da criação da atual Capital brasileira. A revolta dos excluídos forçaram as autoridades a reconhecerem seus direitos à moradia, mas não ao Plano Piloto (Holston, 1993), aos Candangos restaram apenas áreas desprovidas de infraestruturas urbanas na periferia da Capital.

1.3 A Cidade Livre face a construção de Brasília

Ouve-se muito falar sobre Brasília, mas pouco é falado sobre as antigas cidades-satélites. Essas áreas foram destinadas aos operários pobres como uma tentativa de preservar o plano inicial da cidade monumental. Essas áreas, localizadas na periferia da Capital, sempre possuíram estreita relação com o centro de comando político do Brasil e guardam memórias valiosas sobre seu período de construção. Pretendemos, portanto, analisar a construção de Brasília e suas consequências a partir da Cidade Livre, núcleo provisório destinado ao comércio que deveria abastecer e dar suporte aos operários durante o período da construção (1956-1960).

A cidade, como um organismo vivo, está a todo instante sofrendo constantes transformações e mutações. Para compreendermos sua dinâmica é preciso analisar sua história, o contexto em que está inserida e as vivências de quem vive a cidade cotidianamente. Dessa forma, a análise urbana de tempos pretéritos precisa estar fundamentada tanto em fatos e contextos históricos, quanto nas memórias e experiências vividas pelos que de alguma forma participaram das transformações da cidade (Abreu, 2013).

Infelizmente, a memória operária tem sido manipulada e negligenciada em prol de uma utopia elitista. Alguns atores são exaltados pela história oficial da cidade e outros são esquecidos. Em virtude dos fatos, surge a necessidade de irmos contra essa imposição histórica e documental. Onde as lembranças e vivências dos que fisicamente ergueram Brasília sejam reconhecidas, registradas, preservadas e divulgadas. Para tal, é imprescindível que levemos em consideração a história e os interesses na interiorização da Capital Federal em diferentes escalas.

A ideia de transferir a Capital do Brasil do litoral para o interior do País não é nova, ela existe desde o período colonial (século XVIII), porém somente em 1891 medidas concretas foram tomadas para efetivar a transferência (Peluso e Candido,

2006). Entre missões, estudos e relatórios foi escolhida a região que abrigaria, no coração do Brasil, a nova Capital do País.

A Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil foi enviada em missão ao Centro-Oeste, no Planalto Central, com o objetivo de demarcar e descrever detalhadamente a área onde se fixaria a nova Capital brasileira. A comissão era organizada por 22 membros, dentre eles geógrafos, geólogos, médicos, botânicos, entre outros. A comissão era chefiada por Luiz Cruls, e ficou conhecida como a Missão Cruls. Após dois anos (1892-1894) de explorações, demarcações e estudos sobre o Planalto Central, o relatório com os resultados ficou pronto. Em 1955 foi determinada a escolha de um dos cinco sítios, que foram delimitados pela Firma Belcher (sítios: castanho, verde, amarelo, vermelho e azul) para a transferência da nova Capital, o sítio escolhido foi o Castanho (Almeida, 2015, p. 12).

Contudo, somente em 1956, quando Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do Brasil foi sancionada a Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, que determinava a transferência da Capital para o Planalto Central. Segundo Costa e Peluso (2013), o contexto da construção de Brasília (1956-1960) fazia parte de um projeto nacional que já estava em curso e evidenciou mais ainda o poder de intervenção do Estado sobre o território, com interesses territoriais e socioeconômicos. A transferência da Capital Federal passou a fazer parte do Plano de Metas do então Presidente Juscelino Kubitschek, assim como a construção de novas rodovias, indústrias, hidroelétricas e aeroportos. Essas ações tinham como objetivo interiorizar o Brasil, pois esse imenso território ainda precisava ser ocupado e dominado, a fim de dinamizar a produção e a economia brasileira.

Segundo Costa (2011), logo após a sanção da Lei que tratava sobre a mudança da Capital Federal para a Região do Planalto Central, a recém criada Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP instalou imediatamente acampamentos para receber e abrigar os operários que trabalhariam nas grandes obras durante a construção de Brasília. Essas áreas foram instaladas próximas ao local onde foi construída a nova Capital e deveriam ser desativadas após a inauguração.

Para a construção da nova Capital do Brasil foi necessária muita mão de obra. Logo, iniciou-se um recrutamento por meio de rádio, imprensa e televisão onde o então Presidente da República Juscelino Kubitschek, que governou de 1956 a 1961, divulgou e pediu a contribuição de colaboradores para a construção da nova Capital.

Dessa forma, muitos migrantes vindos de todas as regiões do Brasil, principalmente das regiões Norte e Nordeste, foram buscar no Planalto Central uma nova esperança de vida (Sobreira, Almeida e Bretas, 2015).

O chamado foi ouvido. E com a chegada em massa dos operários (*Ver foto 1*) ficou decidido que seria impossível abrigar os operários dos canteiros de obras em alguns acampamentos no Plano Piloto. Portanto, junto com a construção da nova Capital foram criados também pela NOVACAP núcleos provisórios que deveriam dar suporte e abrigar temporariamente o exército de operários vindos de todas as regiões do Brasil em busca de trabalho.

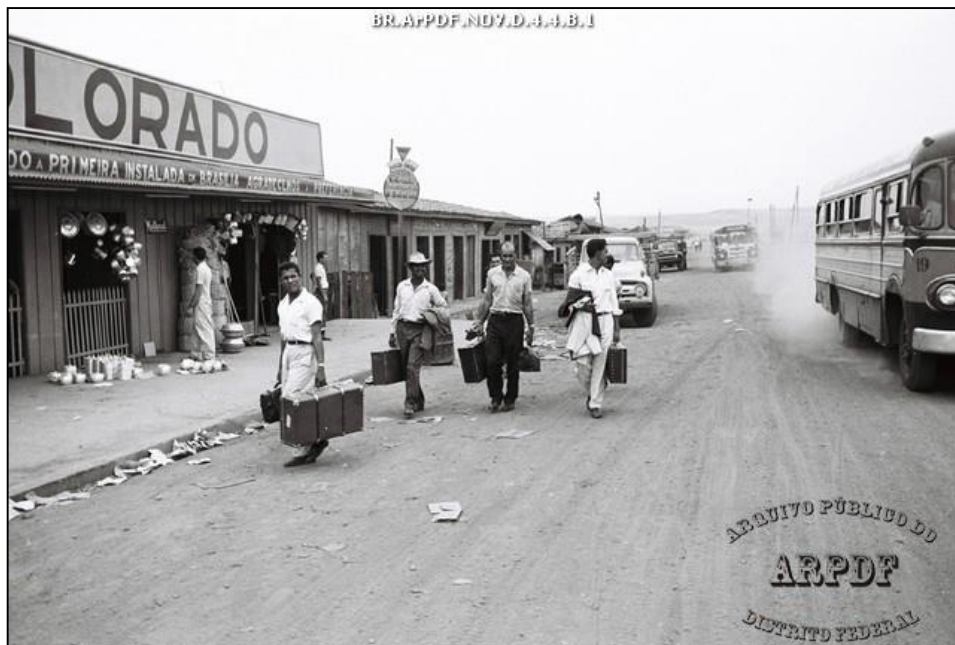


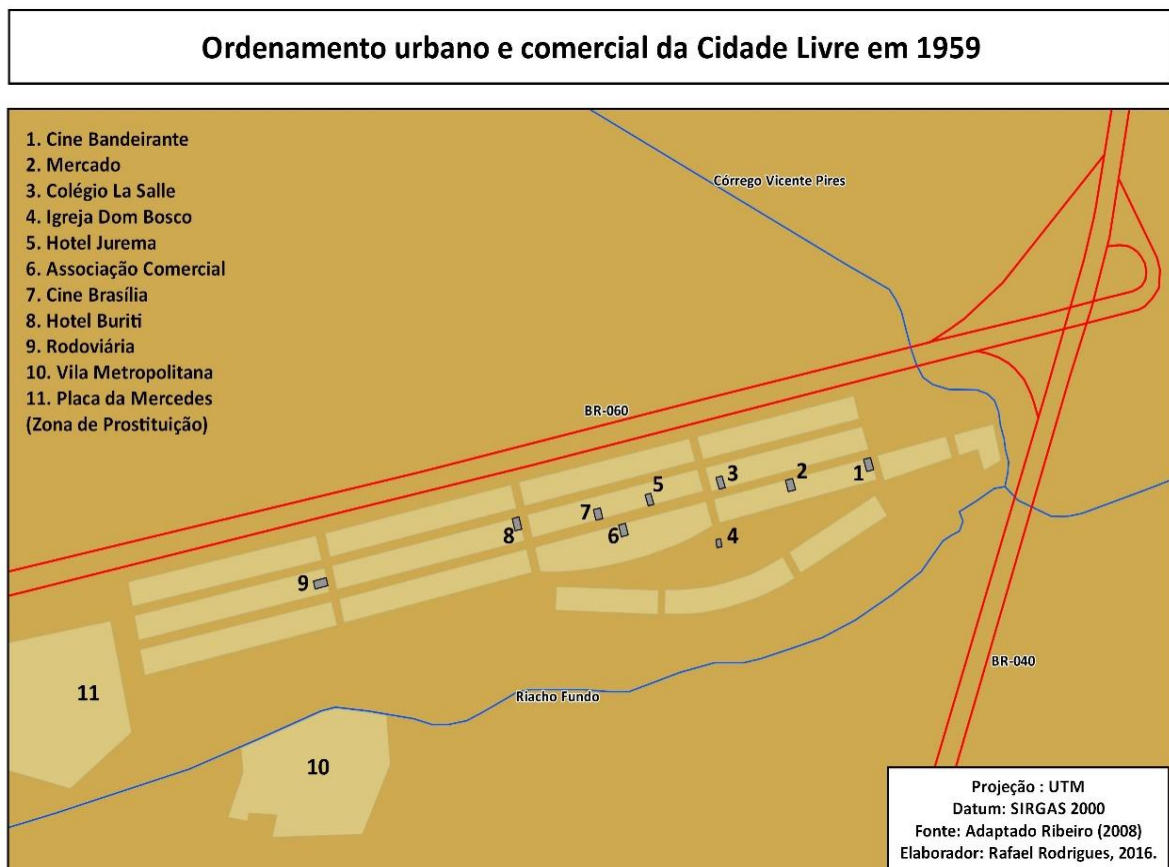
Foto 1. Candangos chegando na Av. Principal da Cidade Livre em 1957.
Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF.

Como a oferta de trabalho era abundante, os migrantes chegavam em Brasília e rapidamente acertavam as condições de serviços e já começavam a trabalhar nas imponentes obras da cidade modernista. Os Candangos, como ficaram conhecidos tais operários, eram acomodados nessas áreas provisórias do governo e das construtoras que serviam de habitação durante o período da construção.

Em torno desses milhares de trabalhadores, surgiam as primeiras atividades comerciais da nova Capital. O poder público, buscando estimular a chegada de comerciantes para atender à crescente demanda na região, reservou uma área que seria estritamente comercial e que estaria livre do pagamento de impostos e livre para funcionar a qualquer hora do dia. Por esses motivos, a área ficou conhecida como

Cidade Livre. Os lotes na Cidade Livre eram cedidos aos comerciantes pelo sistema de comodato, e deveriam ser devolvidos a NOVACAP após a inauguração de Brasília, ou seja, a escritura não era definitiva (possuía um prazo de 4 anos). Em função desses incentivos e da enorme quantidade de pessoas que circulavam e consumiam na Cidade Livre ela rapidamente transformou-se em um dinâmico centro abastecedor, fundamental para a efetivação de Brasília.

Projetada inicialmente por apenas três ruas e arquitetada por Bernardo Sayão, na época Diretor Técnico da NOVACAP, a Cidade Livre tinha como objetivo ser o centro comercial e recreativo para os construtores de Brasília (Costa e Peluso, 2013). O local em que foi implantada, de maneira improvisada no ano de 1956, se encontrava fora do perímetro do Plano Piloto e pertencia às fazendas goianas Bananal, Vicente Pires e Gama.



Mapa 2. Ordenamento urbano e comercial da Cidade Livre em 1959.
 Elaboração própria.

De acordo com Costa (2011), no início todas as edificações eram de madeira e recobertas de zinco ou alumínio. A energia e a iluminação se davam através de motores e geradores particulares, pois a Usina Hidroelétrica de Saia Velha ainda estava em construção e a água era captada do córrego Vicente Pires. As ruas de barro evidenciavam o caráter provisório da cidade.

Um ano após o surgimento desse centro comercial, em 1957, a Cidade Livre já oferecia aos pioneiros e Candangos diversos produtos e serviços e o fluxo de pessoas e mercadorias aumentaram de maneira exponencial. O local se tornou uma centralidade e um ponto de referência para todos que estavam envolvidos na construção de Brasília (*ver foto 2*).

Construída para ser um núcleo ou almoxarifado durante a construção de Brasília, local para instalação dos Candangos, transformou-se em um dinâmico centro. Foi ponto de referência para a nova capital, o centro abastecedor. Brasileiros vindos de todos os cantos do País e estrangeiros chegavam ao local, trazendo dentro de si a esperança e o sentimento desbravador de melhores dias [...] (ArPDF, cad. pesq. 9, p.12).

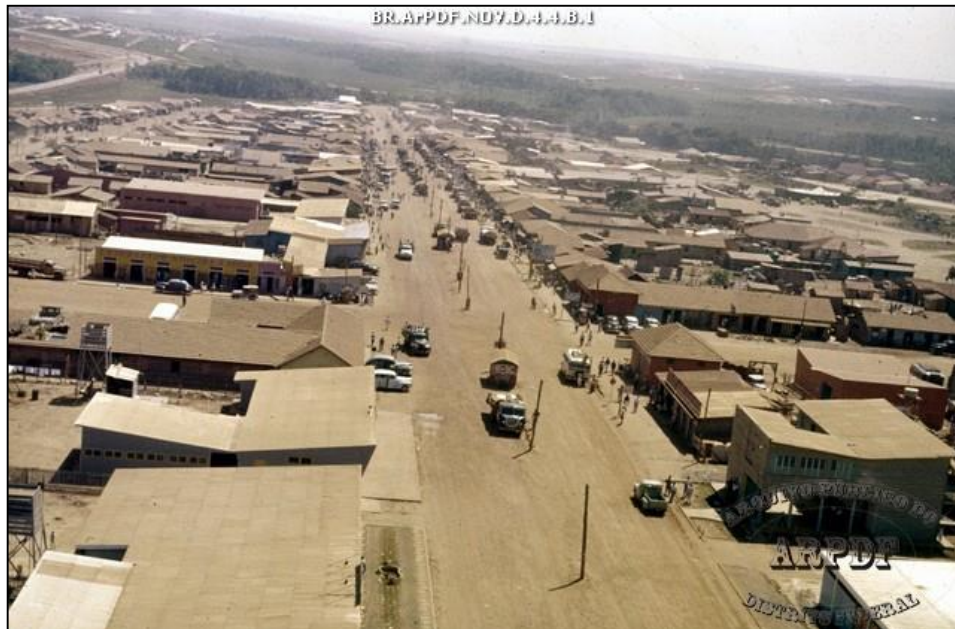


Foto 2. Vista aérea da Av. Central da antiga Cidade Livre (1956-1960).
Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.

A cidade recém-criada se caracterizava como uma área de comércio básico de iniciativa particular que possuía hotéis, pensões, padarias, restaurantes, armazéns de secos e molhados, açougues, marcenarias, casa de tecidos, barbearias, alfaiates, bares, bordéis, farmácias, postos de gasolina, bancos, empresas de aviação,

agências de automóveis, escolas, cinemas, entre outros comércios e serviços (Costa, 2011). (Ver foto 3)



Foto 3. Comércio na Cidade Livre em 1959.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.

A Cidade Livre também era o ponto de atendimento médico e o local de lazer para os que chegavam e moravam em Brasília durante sua construção. Nos finais de semana e durante as horas livres, era na Cidade Livre que os operários usufruíam sua merecida remuneração.

Em torno desse dinâmico centro comercial e dos acampamentos temporários começaram a surgir inúmeras invasões (ver foto 4). Na Cidade Livre, o loteamento estava destinado a ter uso exclusivamente comercial e por esse motivo não eram oferecidos alvarás para as residências, o que não impediu que milhares de trabalhadores ocupassem rapidamente áreas em suas proximidades.

A maior parte das favelas agrupava-se em volta da Cidade Livre, de modo a ter acesso a seus bens e serviços, numa simbiose que os empresários consideravam inteiramente de seu agrado. Pois, nas favelas, os empresários tinham uma quantidade de clientes constituindo um mercado lucrativo e em expansão; encorajavam seu desenvolvimento oferecendo crédito e serviços [...] (Holston, 1993, p. 246).

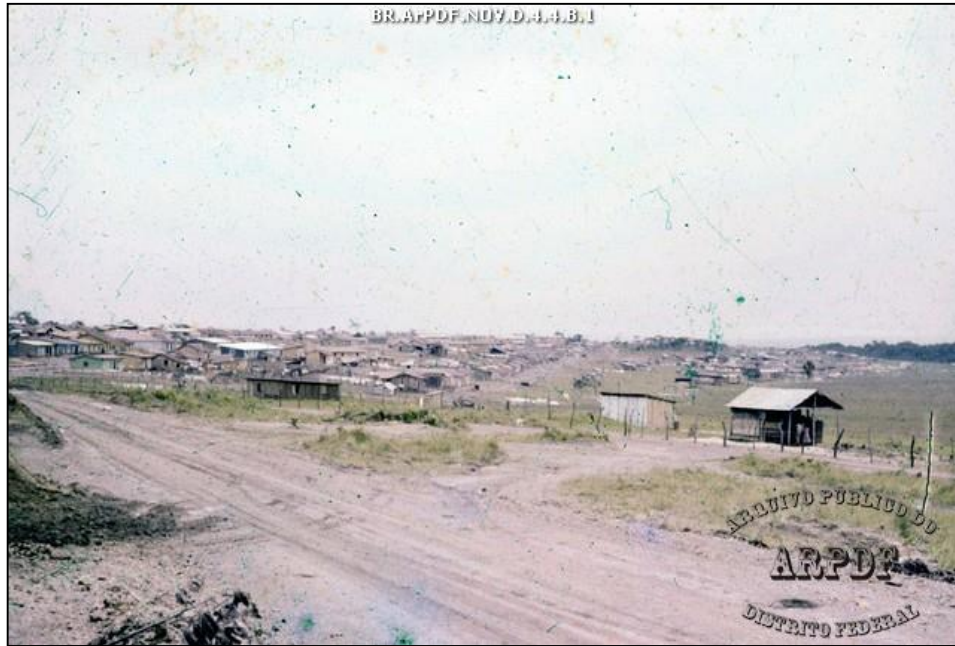


Foto 4. Invasões localizadas em torno da Cidade Livre (1956-1960).
Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.

Segundo Holston (1993), durante a construção de Brasília haviam três tipos de moradores na Cidade Livre: os empresários que tinham contratos e tinham o direito de estabelecer empresa comercial e o dever de devolver o terreno à NOVACAP após a inauguração da Capital; os que pagavam aluguel aos empresários; e os “favelados” que ocupavam terrenos irregulares na localidade.

Em 1960, a população da Cidade Livre já contava com mais de 12.000 pessoas. A maioria abrigada irregularmente em barracos no cerrado, casas comerciais, hotéis e em invasões como a do Morro do Urubu, Morro do Querosene, Vila Esperança, Vila Tenório, IAPI e Sarah Kubitschek. Para tentar solucionar o problema dessas e de outras invasões foram criadas, pelo poder público, as cidades-satélites do Gama, Taguatinga e Ceilândia para onde foi transferida a maior parte desses ocupantes ilegais (Costa, 2011).

A relação entre os empresários e os ocupantes de áreas irregulares, nas proximidades da Cidade Livre, foi fundamental para que as atividades comerciais que se formaram na localidade crescessem, uma vez que unia a oferta e a demanda. Além dos benefícios relacionados ao consumo, essa relação também fortaleceu o desejo de permanecer na Cidade Livre tornando os ocupantes e comerciantes aliados na luta pela fixação da cidade.

2. Comércio e consumo na Cidade Livre, uma relação de origem

2.1 A relação entre o comércio, o consumo e a cidade

O consumo, entendido como o ato de consumir, é uma condição. Ele tem origens tão antigas quanto o aparecimento da vida, pois de algum modo todos os seres vivos precisam consumir energia para sobreviver. Todavia, com as transformações impostas pela modernidade, o consumo passa de uma necessidade básica para ser o centro da vida de grande parte da população mundial. Esse fenômeno, amplamente incentivado por interesses econômicos, é chamado de consumismo. Desse modo, enquanto o consumo é uma necessidade, o consumismo é uma criação da sociedade (Bauman, 2008).

Para que o consumo/consumismo possa ocorrer é necessário que as mercadorias produzidas sejam comercializadas e gerem lucro para quem as produz e vende. Portanto, o comércio está intimamente relacionado ao consumo. A prática do consumo é a força motriz das atividades comerciais, estando ambas vinculadas ao espaço e às necessidades humanas básicas ou criadas pelas elites econômicas.

Em sintonia com o que foi brevemente apresentado no primeiro capítulo, Ortigoza (2009) confirma que o comércio, viabilizado pelo consumo, promove e mantém a existência da cidade. Ou seja, a cidade é o produto e também o meio para que as atividades comerciais possam ocorrer. Essa relação é recíproca e fundamental para ambos, “em suma, no comércio reside o verdadeiro embrião da vida urbana” (Salgueiro e Cachinho, 2009, p.10).

Para compreender a relação entre o consumo, o comércio e a cidade é preciso estar ciente que o comércio, enquanto sistema de trocas, está vinculado a história da humanidade. Nas palavras de Salgueiro e Cachinho (2009, p. 9), “as relações entre o comércio e a cidade perdem-se no tempo”. Desse modo, se faz necessário analisar essa relação sob uma perspectiva histórica para facilitar a compreensão.

No início os povos eram nômades, e circulavam entre regiões que lhes oferecessem melhores condições de sobrevivência. Com o advento da agricultura, ainda de modo arcaico, e da domesticação de certos animais se torna possível a fixação do homem em pequenas aldeias e vilarejos. Desse modo, as transformações no espaço, impostas pelo homem, começam a se intensificar.

A troca de produtos torna-se possível e passa a ocorrer quando começam a surgir excedentes no que era caçado, coletado ou produzido. Esse excedente é viabilizado pelo desenvolvimento das técnicas, que otimizavam o trabalho e dinamizavam a produção, proporcionando um aumento na quantidade de produtos que passam a ser objeto de troca.

Conforme salienta Vargas (2001), para que as trocas se efetivassem era necessário o encontro entre os indivíduos. A partir dessa necessidade básica são criados os mercados e as feiras como pontos de encontro destinados a troca de mercadorias. A localização desses lugares onde pratica-se o comércio sempre esteve, estrategicamente, ligada às rotas de passagem e também aos pontos de confluência de pessoas.

Com o tempo tais locais assumem um papel social e tornam-se lugares de abastecimento, lazer e distração, onde além do fluxo de mercadorias há também a troca de ideias e experiências (Vargas, 2001). Essas novas atribuições fizeram com que os lugares de comércio passassem a fazer parte do cotidiano das pessoas.

Portanto, o papel do comércio vai além das trocas comerciais. Os lugares destinados a essa prática promovem interações sociais e são fontes de recursos, mantimentos e recreação. Desse modo, por meio do comércio é possível vender e adquirir produtos, e também criar laços de sociabilidade.

É importante destacar que as estruturas do comércio e da cidade, além dos hábitos de consumo, modificam-se mediante os avanços técnicos que a humanidade desenvolve no decorrer da sua história. Por exemplo, na Baixa Idade Média houve um avanço no sistema de trocas em relação a tempos pretéritos (*ver foto 6*).

Todavia, nesse período histórico o aumento quantitativo das trocas não foi tão expressivo em razão de fatores estruturais. Dentre eles, as péssimas condições das estradas por onde circulavam pessoas e mercadorias e, principalmente, por carências nos modos de produção (Cleps, 2004). (*Ver foto 5*)

Entretanto, com o advento das Revoluções Industriais, marcadas por constantes avanços técnicos, ocorre uma intensificação no sistema produtivo e no fluxo de pessoas, mercadorias e informações (*ver fotos 7 e 8*). Essa intensificação proporcionou um grande aumento na produção de excedentes, que eram submetidos a transações comerciais.



Foto 5. Modo de produção medieval.
Fonte: Les Très Riches Heures du duc de Berry².



Foto 6. Atividade comercial em burgo medieval. Fonte: Só História.



Foto 7. Modo de produção industrial.
Fonte: Economie Collaborative.



Foto 8. Linha de montagem fordista.
Fonte: Châteaubriant Actualites.

Segundo Cleps (2004), esse crescimento se dá, principalmente, pela mecanização das forças produtivas que promoveram a diversificação de mercadorias e um aumento na produção. O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação também exerceram seu papel, uma vez que facilitavam o escoamento da produção e a realização das trocas.

Vale ressaltar que durante esse processo de industrialização também cresce o estímulo ao consumo. Nesse sentido, o comércio passa a perder suas características iniciais e deixa sua função social para ter uma função econômica, com interesses vol-

² Imagem contida no Livro de Horas: Les Très Riches Heures du duc de Berry, referente ao mês de outubro.

tados exclusivamente ao lucro e ao acúmulo de capital.

Outro fator decisivo para o aumento da capacidade produtiva e do fluxo de mercadorias nesse período histórico foi o processo de urbanização (Salgueiro e Cachinho, 2009). Uma vez que, o crescimento da população urbana aumenta a quantidade de mão de obra assalariada e, conseqüentemente, intensifica o consumo que é a força motriz das atividades industriais e comerciais. Portanto, fica evidente que não há expansão do comércio e do consumo sem o aumento da produção e das demandas.

O rápido desenvolvimento das grandes aglomerações urbanas foi um dos dados mais importantes das transformações que ocorreram na distribuição, pois provocou um crescimento do mercado modificando a estrutura interna das cidades (Cleps, 2004, p.124).

Com o crescimento das demandas urbanas, as indústrias continuaram se desenvolvendo e produzindo cada vez mais mercadorias que deveriam ser comercializadas e consumidas. Nesse sentido, outro marco na expansão das atividades produtivas e comerciais foi, após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento do capitalismo financeiro (Cleps, 2004).

Esta nova fase do sistema capitalista foi caracterizada pelo aumento dos investimentos internacionais, da capacidade produtiva, dos fluxos comerciais e pela expansão do capitalismo monopolista que dá origem a grandes empresas que passam a atuar em escalas mais amplas.

Em virtude dos fatos, e com a necessidade do capitalismo de se reproduzir, era necessário conquistar novos espaços para continuar produzindo, comercializando e consumindo. Com isso ocorre um alargamento dos mercados consumidores e cresce o acesso a bens de consumo duráveis nas cidades dos países centrais e de alguns países periféricos (Salgueiro e Cachinho, 2009).

Essa expansão produtiva e comercial possibilitou a formação de mercados globais e a internacionalização da economia. Desse modo, a produção e a comercialização de mercadorias passam a ocorrer não apenas em escala local, mas também em escala nacional e global. Amplia-se, assim, as possibilidades de transações comerciais e os lugares de consumo.

É importante destacar que esse modo de produção, que visa o consumo de massas e necessita de mão de obra, gera fortes reflexos no processo de urbanização e nas dinâmicas urbanas e comerciais. Uma vez que, o aumento da população urbana

modifica a morfologia da cidade e possibilita o aparecimento de novos estabelecimentos comerciais para atender a crescente demanda.

A partir de 1970 inicia-se a Revolução Tecnológica, período denominado por Santos (1990) de técnico-científico-informacional, que motivado pelo mercado internacional possibilitou grandes avanços nos arcabouços técnicos por meio do desenvolvimento da ciência. Vale ressaltar que tais avanços possibilitaram a expansão e a consolidação do processo de globalização. Todavia, esse processo não ocorreu de forma hegemônica entre os países e sim de maneira desigual e perversa.

Neste período altamente tecnológico, que vigora até hoje, as fronteiras entre o tempo e o espaço foram diminuídas por intermédio de novas tecnologias aplicadas aos meios de produção, comunicação e transportes. Dessa maneira, a alta tecnologia transformou o mundo, as cidades e o comércio (Harvey, 1998).

O que caracteriza esse novo período é a velocidade, que impõem um novo ritmo à produção e às transações comerciais. Com o advento dos computadores e da internet, que possibilitaram a comunicação em rede, ocorreu o fortalecimento dos mercados globais e a globalização das ofertas e demandas. Isso permitiu que a produção e a acumulação passassem do modelo fordista para o flexível e ocorressem, de forma estratégica, onde promovessem mais lucro.

Desse modo, as fábricas e os grandes complexos industriais deixam o centro das cidades, dando lugar as atividades comerciais e de serviços, e passam a instalar-se em regiões ou países mais vantajosos econômica e espacialmente. Assim, nas cidades “os espaços de consumo substituem os espaços de produção” (Salgueiro e Cachinho, 2009, p.17).

No que se refere ao comércio, esse período impôs “exigências locacionais”. Ou seja a localização das atividades comerciais tende a seguir a distribuição das concentrações populacionais e as principais rotas de passagem (Cleps, 2004, p.126). Essa busca por novos mercados consumidores proporciona a proliferação de novos lugares de comércio que, conseqüentemente, criam centralidades comerciais no centro das cidades e em áreas consideradas outrora periféricas.

Com essa propagação de lugares destinados ao comércio, e com as vastas possibilidades de consumo nas cidades, as grandes empresas comerciais para alcançar seu objetivo principal, que é o lucro, promovem um incentivo maciço ao consumo de seus produtos. A publicidade e o marketing, utilizados para atender a

necessidade das empresas de comercializar, tem o papel de guiar o consumo de massas e o poder de criar hábitos, tendências e desejos.

Por meio desses artifícios, as empresas carregam seus produtos com valores simbólicos e disseminam a crença da possibilidade de satisfazer todos os desejos humanos por meio do consumo. Portanto, o ato de consumir passa a configurar-se como um estilo de vida que está atrelado aos símbolos de felicidade e liberdade. Todavia, essa “felicidade” é vendida e comprada e a única liberdade que oferecem é a de consumir cada vez mais.

Nessa perspectiva simbólica, os próprios vínculos sociais tendem a ser guiados pelo consumo. De acordo com Bauman (2008), isso ocorre porque o sentimento de pertencimento a certa classe ou grupo social passa a acontecer não apenas pela identificação de características relacionadas a determinado estilo de vida, mas pela vontade de possuir tais características e sentir-se pertencente a ele. Desejo, este, que na lógica consumista pode ser adquirido monetariamente.

Portanto, a vida e as relações pessoais passam a estar submetidas aos interesses do mercado. Nesse sentido, o consumo se desenvolve unicamente pelo desejo daqueles que precisam produzir, vender e lucrar. Segundo Bauman (2008), para garantir que o comércio e o consumo continuem, cria-se a ilusão da satisfação imediata, que por sinal é um sentimento efêmero, onde para continuar satisfeito é preciso estar constantemente consumindo.

Para Baudrillard (1995), essa relação entre os interesses do mercado e a vida humana, na sociedade contemporânea, estabelece a sociedade de consumo. Nela tudo torna-se mercadoria, e é passível de mercantilização, inclusive os espaços, as pessoas e a própria vida. Nessa perspectiva, o autor afirma que na história nunca se viu tamanha atribuição de valor simbólico a objetos quanto temos na sociedade atual. De modo que esse valor atribuído às mercadorias supere suas funcionalidades. Portanto, a sociedade de consumo é orientada pelo supérfluo, pela ostentação, e já não é possível separar o que é útil e o que é desnecessário.

A imagem dessas mercadorias, com alto valor simbólico, apesar de propagadas para um gigantesco número de pessoas, por meio dos veículos de comunicação de massa, encontram seu núcleo de exposição nas cidades. Pois, o espaço urbano é o *lócus* do comércio simbólico de mercadorias (Baudrillard, 1995).

Segundo Salgueiro e Cachinho (2009, p. 23-24), nas grandes cidades os novos espaços comerciais são projetados estrategicamente para seduzir, iludir e induzir o

consumo. A cidade torna-se um espetáculo, balizadas pelo poder de compra as pessoas transformam-se em atores ou em espectadores, e o grande ato é consumir. Nesse palco os próprios estabelecimentos tornam-se mercadorias, e os espaços comerciais passam a oferecer prazer, prestígio, tradição, nostalgia. O imaginário dos “indivíduos-consumidores” é explorado ao máximo, e o produto já não é o mais importante e sim a experiência criada.

Nessa perspectiva, compreendemos que a cidade está diretamente condicionada às transformações nos modos de produção, no comércio e no consumo. Transformações estas que respondem aos avanços técnicos desenvolvidos nas diferentes temporalidades humanas. Onde, ao concordar com Santos (1996), o tempo e o espaço evoluem em conjunto com as técnicas.

O comércio, responsável por ligar a produção e o consumo, depende da cidade para acontecer. E a cidade precisa do comércio para continuar existindo, pois a vida urbana necessita da realização das trocas para perpetuar-se. Nessa lógica, as formas comerciais influenciam e interferem na produção da estrutura urbana.

Assim, o comércio é capaz de redefinir usos do território urbano, criar novas centralidades e intensificar o fluxo de pessoas, mercadorias e capital. As atividades comerciais também modificam e exercem influência nas dinâmicas das localizações. Em suma, o comércio é capaz de transformar as estruturas da cidade. Em virtude dessa íntima relação entre o comércio e cidade fica evidente o potencial analítico que essa atividade econômica tem na compreensão do espaço urbano e de suas complexidades.

Nesse sentido, optamos por analisar o processo de formação e consolidação do Núcleo Bandeirante - DF, antiga Cidade Livre, sob um viés comercial. Essa proposta de análise adquire valor uma vez que esta cidade formou-se em virtude das atividades comerciais que exerceu durante a construção de Brasília.

2.2 Comércio e consumo na Cidade Livre

“Se nem todas as cidades são “filhas do comércio”, como propôs o historiador Henri Pirenne, em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença das trocas.”

Salgueiro e Cachinho, 2009

Tomando como ponto de partida as palavras de Salgueiro e Cachinho (2009), percebemos que a Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante - DF, é uma cidade que formou-se e foi consolidada por intermédio do comércio. Construída em 1956 para ser o centro comercial e recreativo durante o período da construção de Brasília, a Cidade Livre tinha como objetivo dar suporte e suprir as necessidades de consumo dos operários e das pessoas envolvidas com a construção da nova Capital do Brasil.

Com um prazo apertado para concluir a missão de erguer Brasília, em menos de quatro anos, e com muito trabalho a ser feito, foi necessário contar com um exercício de trabalhadores oriundos de todas as regiões do Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1959), o contingente de pessoas que habitavam o Distrito Federal e estavam, direta ou indiretamente, ligadas a construção da capital chegou a 141.742 no ano da inauguração.

Com a enorme demanda por produtos e serviços na região, e com o privilégio da exclusividade, a Cidade Livre logo tornou-se um polo comercial que atendia praticamente a todo o Distrito Federal entre os anos de 1956-1960. Hoje, o Núcleo Bandeirante - DF ainda possui características de uma cidade terciária, embora sua área de influência tenha diminuído bastante após a inauguração de Brasília e com o surgimento de outras cidades no Distrito Federal. Cidades estas que resultaram em novas dinâmicas urbanas e centralidades comerciais.

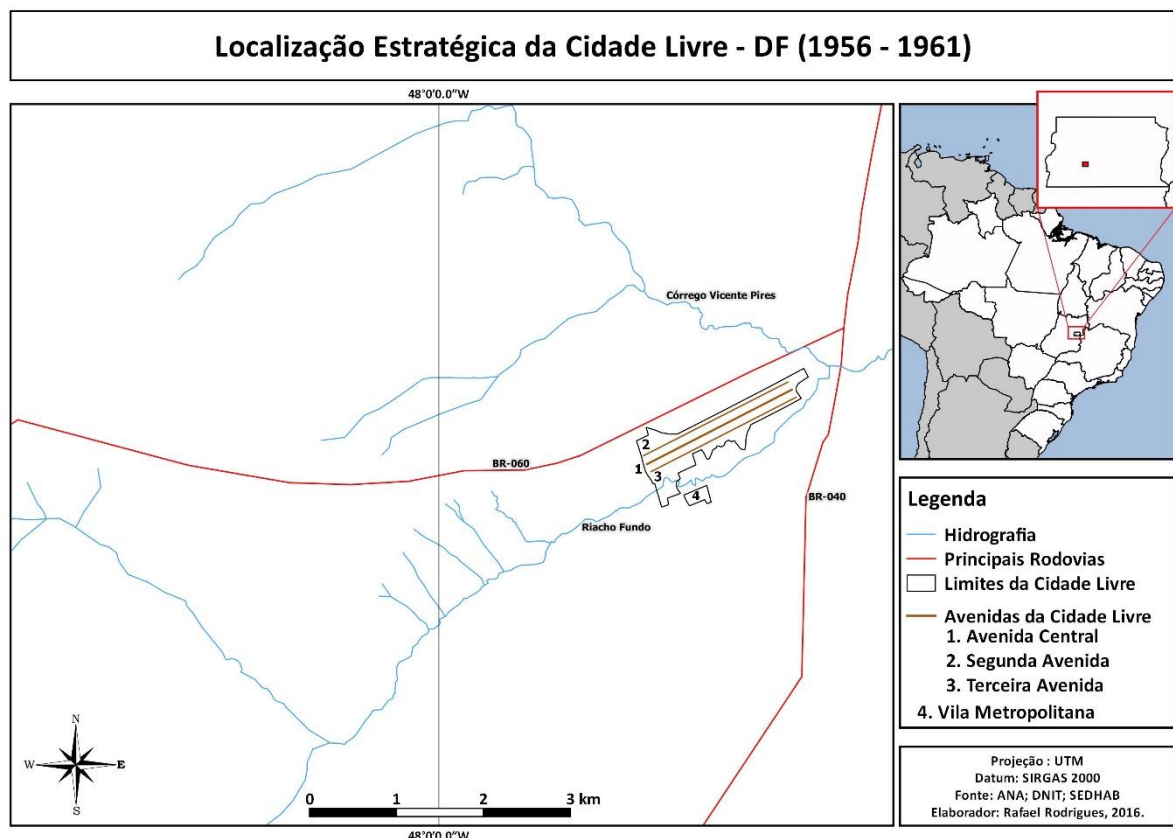
Sobre esse fenômeno urbano que ocorre em diferentes escalas e também em outras localidades no Brasil e no mundo, Cleps (2004) nos ensina que o processo de urbanização viabiliza o aparecimento de novos centros de comércio. Desse modo, a concepção de um centro único, indivisível e concentrador de toda a oferta de bens e serviços cai por terra. Isso porque a centralidade, em busca de novos mercados consumidores, multiplica-se pelo espaço urbano por meio de diferentes espaços comerciais que passam a concentrar atividades comerciais, serviços e informações. Fato que não minimiza a importância histórica e analítica da Cidade Livre na compreensão da formação de Brasília e do surgimento comercial no Distrito Federal.

Portanto, se faz necessário analisar os aspectos que possibilitaram a concepção da Cidade Livre enquanto centralidade comercial, durante o período da construção de Brasília, para que no próximo capítulo possamos compreender como ocorreu sua consolidação e evolução urbana.

Inicialmente, vale lembrar que as cidades formam-se em locais estratégicos (Huberman, 1985).

A posição de uma cidade foi, durante milênios, o elemento preponderante de sua afirmação, para o deslocamento das mercadorias, estabilidade da produção e aprimoramento da cultura. As grandes descobertas técnicas e a melhor organização política de vários povos é que foram tornando apenas relativo o valor destas localizações privilegiadas. Assim marcha a humanidade, influenciando, cada vez mais, não apenas na sua própria história, como na sua própria geografia (Joffily, 1977, p. 11).

Com a Cidade Livre não seria diferente. Ainda que tivesse “prazo de validade” a cidade foi construída em um terreno plano, entre dois rios, o Riacho Fundo e o Vicente Pires, que abasteceriam a população, e no encontro de duas importantes rodovias BR-040 e BR-060 (ver mapa 2). Tais fatores possibilitaram o crescimento urbano, o abastecimento de água e a circulação de pessoas e mercadorias.



Mapa 2. Localização Estratégica da Cidade Livre - DF (1956-1961).
Elaboração própria.

Como já foi abordado no primeiro capítulo, o incentivo governamental também teve papel fundamental no processo de formação da cidade em questão. Uma vez que, quando o poder público oferece terrenos gratuitos e incentivos fiscais, visando incentivar certo setor, é inevitável que apareçam interessados. No caso da Cidade

Livre, o setor era o comercial e de prestação de serviços e não faltaram interessados em assumir lotes com o objetivo de instalar estabelecimentos comerciais para atender a crescente demanda da região.

O plano do governo era encorajar empresários a fornecer suprimentos ao esforço de construção por sua própria conta, assumindo os próprios riscos (e, é claro, auferindo seus próprios lucros); depois da inauguração, a cidade já contaria, ademais, com um pessoal dedicado ao comércio e aos serviços. Para isto, o governo reservou um pequeno espaço no cruzamento das duas principais rodovias do Distrito Federal para a “iniciativa privada”. Oferecia dois incentivos aos empresários: terreno grátis e isenção total de impostos (Holston, 1993, p. 226).

De acordo com Holston (1993), no início da ocupação, qualquer um poderia obter um lote na Cidade Livre, era necessário apenas provar que tinha condições mínimas para sustentar o empreendimento que queria abrir. A NOVACAP era a responsável por fazer as concessões desses lotes que, sob o regime de comodato, durariam por quatro anos. Os empresários que obtiveram o direito a esses lotes poderiam construir seu estabelecimento comercial na parte da frente e uma casa para ele e sua família na parte de traz. Todavia, estava claro no contrato que todas as construções, em virtude de ser uma ocupação temporária, deveriam ser construídas com madeira. Fato que caracterizou a paisagem da Cidade Livre em seus anos iniciais. (*Ver foto 9*)

Outro fator que certamente deu destaque ao primeiro centro comercial do Distrito Federal foi a ausência de outros núcleos comerciais no período que precedeu a inauguração de Brasília (1956-1960). Nesse momento, a Cidade Livre supria quase toda a demanda do Distrito Federal. Nos acampamentos dos canteiros de obras até haviam cantinas e pequenos quiosques, mas para ter acesso a serviços, lazer e bens de consumo como vestimentas, eletrodomésticos, alimentos e utensílios em geral era necessário recorrer a Cidade Livre. (*Ver foto 10 e 11*)

Na verdade a Cidade Livre era um polo comercial. Por que? Porque no Plano Piloto só existia canteiro de obras e alojamento de operários. Tá certo?! Aos finais de semana, toda aquela massa de operários que trabalhava na construção do Plano Piloto se deslocava para o Bandeirante para, realmente, fazer as suas compras. Seja de alimentos, seja de vestimentas e tudo mais (Antônio Ferreira Jardim – “Tota”, 2016. Antigo morador da Cidade Livre)³.

³ Entrevista de Antônio Ferreira Jardim concedida ao Grupo de Pesquisa GECIPA - Cidades e Patrimonialização (GEA - UnB), no Park Way, no mês março de 2016.



Foto 9. Cidade Livre no ano de 1959.
 Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.



Foto 10. Mercado localizado na Cidade Livre (1956-1960). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF.



Foto 11. Loja de utensílios em geral localizada na Cidade Livre (1956-1960). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF.

Essa exclusividade proporcionou a cidade pioneira um mercado capitalista monopolista, onde o dinheiro garantia acesso a tudo o que a Cidade Livre oferecia. É evidente que o consumo não era equilibrado: o poder de compra determinava o que, a intensidade e a frequência com que cada pessoa iria consumir.

Todavia, como no período da construção a demanda por trabalho era enorme, a população só aumentava, e a grande maioria desses trabalhadores estavam empregados e possuíam renda fixa. Esse crescente aumento da mão de obra assalariada possibilitou a intensificação das trocas comerciais e a circulação de capital na Cidade Livre, fortalecendo o comércio local.

É necessário salientar que o processo de urbanização na região teve um papel fundamental na configuração desta localidade enquanto centralidade comercial. Pois a medida que a população aumentava crescia também a demanda, o consumo e o lucro dos comerciantes. “A Cidade Livre serviu a muitos, se não a todos que para aqui vieram; suprindo-lhes, acolhendo-os, enriquecendo-os [...]” (GDF, 1974, p. 8).

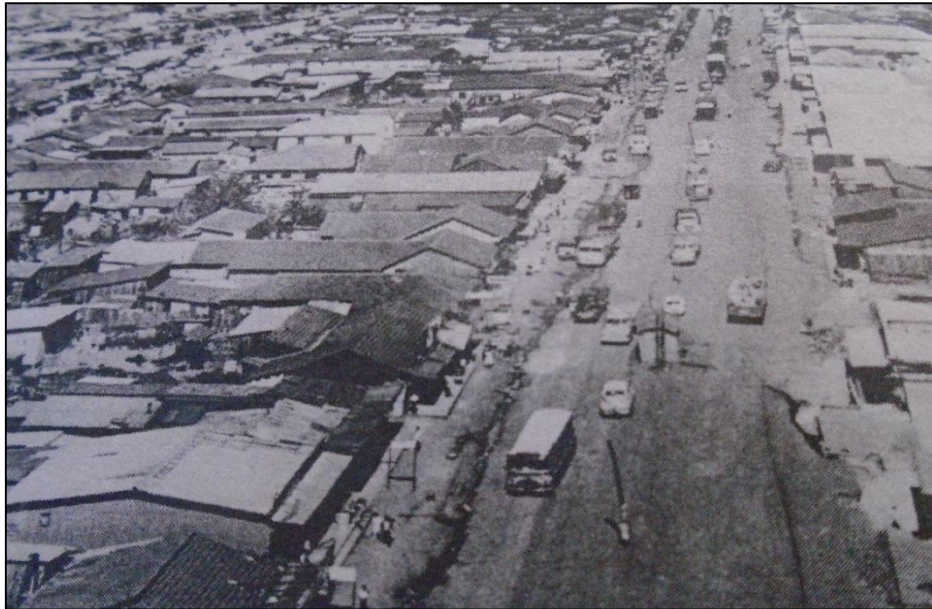


Foto 12. Avenida Central da Cidade Livre em 1959. Fonte: Vasconcelos (1989).

Portanto, o aumento populacional na Cidade Livre, nas ocupações ilegais ao seu redor e no Distrito Federal como um todo (*ver gráficos 1 e 2*) resultaram na intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e capital. Fatores estes que possibilitaram a formação e a consolidação do espaço urbano na Cidade Livre (*ver foto 12*).

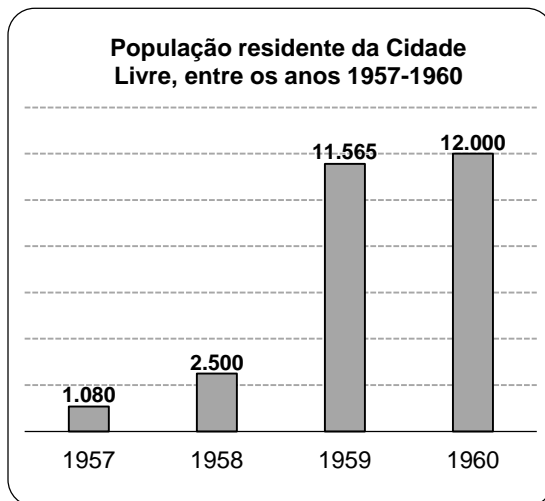


Gráfico 1. População residente da antiga Cidade Livre, entre os anos 1957 - 1960. Fonte: GDF (1974) e IBGE (1959;1960).

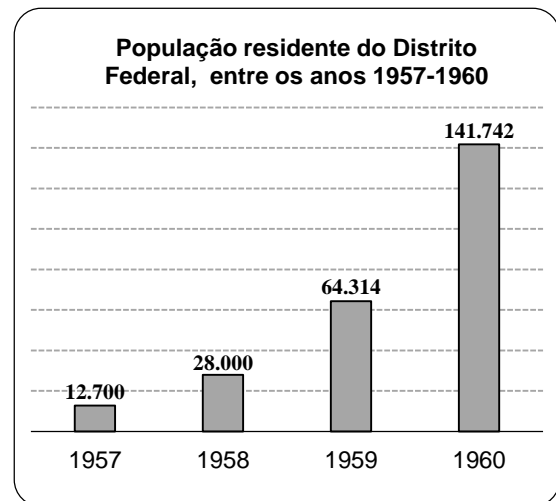


Gráfico 2. População residente do Distrito Federal, entre os anos 1957 - 1960. Fonte: GDF (1974) e IBGE (1959;1960).

Como já foi dito, o comércio necessita da cidade para se reproduzir e, simultaneamente, o comércio viabiliza a vida na cidade. Nesse sentido, a Cidade Livre se beneficiava diretamente das estruturas urbanas e da concentração populacional que ali se estabelecia. A “cidade-mãe”, como também ficou conhecida entre os candangos e pioneiros, viabilizou a construção de Brasília. Uma vez que, fornecia mantimentos, bens e serviços para essa crescente massa de trabalhadores, que com muito trabalho e determinação ergueram, em tempo hábil, a nova Capital do Brasil.

Frequentavam a Cidade Livre desde operários e técnicos a autoridades políticas. Esse centro destinado ao comércio passou a ser um ponto de referência para todos que estavam envolvidos com a construção de Brasília (Vasconcelos, 1989). Segundo relatos de antigos moradores, o próprio Presidente Juscelino Kubitschek frequentava a Cidade Livre (ver foto 13): “[...] o presidente Juscelino, de vez em quando visitava o Núcleo Bandeirante, e andava na rua assim” (Entrevista de Durval Bittencourt - ArPDF - Programa de História Oral, p. 16).

Ele não tinha segurança. Uma vez eu estava assistindo um filme aqui no Cine Brasília, esse cinema está na Ceilândia, quando as luzes acenderam assim de vez, todo mundo ficou assim, o que foi? Anunciaram: “Tá entrando D. Sara Kubitschek com as filhas”. Todo mundo sentado, ela sentou no banco assistiu o filme normalmente, as meninas no meio da rua, Juscelino vinha trazia as filhas, ela também, eles eram muito populares. Hoje quando vejo o presidente que a gente nem vê ih! [...] Tenho boas recordações. Juscelino Kubitschek, ele vinha jantar aqui no Núcleo Bandeirante nos restaurantes, minha mãe, ela falava assim com meu irmão: “Menino, quando tiver almoçando

não fica lendo”. “Ih mãe, Juscelino almoça é com o jornal na mão”. Todo mundo conhecia ele (Entrevista de Else Pereira Haine - ArPDF - Programa de História Oral, p. 26).



Foto 13. Israel Pinheiro e JK saindo de um restaurante na Cidade Livre (1959).
Fonte: Vasconcelos (1989).

A Cidade Livre, do final de 1956 até 1960, concentrava praticamente toda a atividade comercial e a prestação de serviços na região onde se construía a nova Capital Federal. No início de sua ocupação, em dezembro de 1956, foram construídos na Cidade Livre os primeiros estabelecimentos comerciais. De acordo com Vasconcelos (1989), ainda no final do referido mês, a localidade já possuía um hotel (Hotel Brasília), duas padarias, um restaurante e um açougue (*ver gráfico 3*).

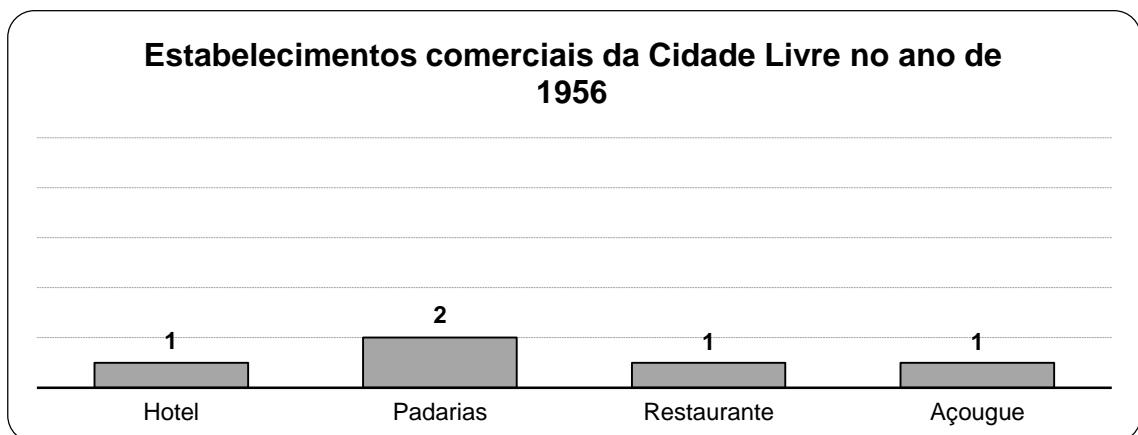


Gráfico 3. Estabelecimentos comerciais da Cidade Livre no ano de 1956.
Fonte: Adaptado de Vasconcelos (1989, p. 83).

Segundo Vasconcelos (1989), o crescimento urbano e populacional no centro abastecedor aconteceu de forma rápida, espontânea e com pouco controle governamental. Com isso, sete meses após a instalação dos primeiros estabelecimentos comerciais, em julho de 1957, a Cidade Livre já possuía mais de 100 construções e aproximadamente 1.000 pessoas exerciam atividades na cidade. Antes que o ano de 1957 acabasse, o primeiro centro comercial de Brasília já possuía hotéis, casas de tecidos, barbearias, armazéns, quitandas, restaurantes, bares, igrejas, cinema, e uma badalada zona boêmia onde concentrava-se a atividade da prostituição.

Na Cidade Livre não poderiam faltar muitos cabarés. Brasília estava sendo construída por vigorosos braços solteiros e outro membro exigia atuação imperiosa... assim, cresceu a prostituição na Cidade Livre, atraindo várias centenas de mulheres, que se reuniam em pensões de raparigas ou faziam ponto nos bares noturnos (Joffily, 1977, p. 11).

Em 1958, os empresários da Cidade Livre fundaram a Associação Comercial de Brasília para defender seus direitos e interesses. Essa foi a primeira associação comercial do Distrito Federal. Ela teve um papel central na organização popular e na luta pela fixação e regularização da Cidade Livre, assunto que será melhor abordado no próximo capítulo.

Durante esse mesmo ano, a população do Distrito Federal deu um grande salto quantitativo. Esse aumento ocorreu devido a aproximação da data de inauguração da nova Capital e, principalmente, por uma onda de migrantes nordestinos que fugiam de uma das piores secas que ocorreu no Nordeste. Portanto, na Cidade Livre, “os empresários desfrutavam de uma espécie de mercado cativo para seus hotéis, pensões e quartos de aluguel nos fundos” (Holston, 1993, p. 245).

Como a oferta de habitações nos alojamentos temporários não atendia a todos, os preços cobrados nas pensões e hotéis da Cidade Livre, guiados por meio da lógica oferta e demanda, aumentaram drasticamente. De acordo com Holston (1993), esse fato promoveu uma grave crise habitacional, pois a maioria dos trabalhadores e suas famílias já não tinham condições de abrigar-se na Cidade Livre.

Para tentar contornar essa situação a solução encontrada por esses novos migrantes foi ocupar áreas consideradas ilegais em torno da Cidade Livre, que resul-

taram nas ocupações do Morro do Urubu, Morro do Querosene, Vila Esperança, Vila Tenório, IAPI e Sarah Kubitschek (Costa, 2011). A proximidade desses aglomerados populacionais com a Cidade Livre é justificável porque essa população ainda dependia das possibilidades de consumo que o centro abastecedor oferecia.

Tem início o processo de “invasão” das áreas periféricas da Cidade Livre e dos acampamentos agravando mais ainda o problema de uma localidade já sem grande infra-estrutura urbana. No decorrer da construção de Brasília, as “invasões” foram comuns e se faziam notar principalmente quando, ao término de alguma obra específica no Plano Piloto, destruíam-se os alojamentos existentes para os trabalhadores que ficavam com a única alternativa de engrossar a fileira dos invasores (Ribeiro, 2008, p. 240).

É importante ressaltar que em função do crescente aumento populacional nos canteiros de obras, na Cidade Livre e nos loteamentos irregulares que espalhavam-se rapidamente pelo cerrado, cresceu também a demanda por gêneros alimentícios, vestimentas, materiais de construção, produtos domésticos e outras formas de consumo. Essa necessidade por produtos, mercadorias e serviços (bancários, jurídicos, relativos a saúde, ao transporte e ao lazer) impulsionaram o progresso da Cidade Livre.

A Cidade Livre era um constante borborinho de feira, com diversos alto-falantes berrando músicas caipiras (tocadas em vitrolas) e os mais variados anúncios, inclusive os dos filmes do dia; os sermões das igrejas também eram irradiados; as palavras de fé e caridade chegavam aos botecos misturadas com os xingamentos e piadas (Joffily, 1977, p. 51-52).

No ano de 1959, o comércio na Cidade Livre já era uma potência. Segundo dados do IBGE (1959), a cidade já abrigava diretamente 11.565 pessoas em hotéis, pensões, quartos alugados ou nos próprios estabelecimentos comerciais. A Cidade Livre dava suporte e oferecia os mais diversos produtos e serviços a sua população e as demais 52.749 pessoas que ocupavam outras áreas do Distrito Federal. (*Ver fotos 14, 15, 16 e 17*)

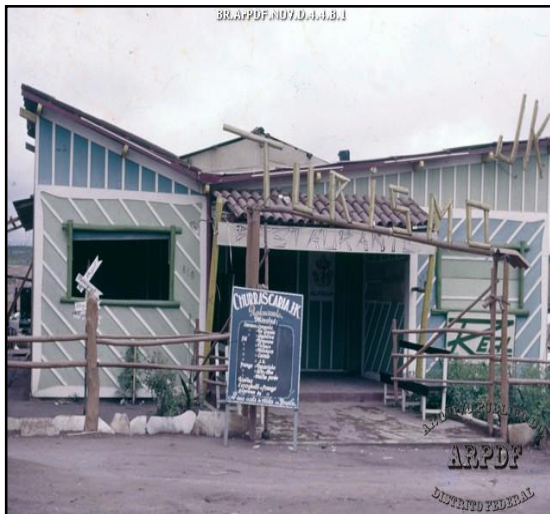


Foto 14. Restaurante localizado na Cidade Livre (1956-1960). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.



Foto 15. Divulgação dos filmes em cartaz na Cidade Livre (1956-1960). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.



Foto 16. Casa comercial na Cidade Livre (1956-1960). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF.



Foto 17. Estabelecimentos comerciais na Cidade livre (1956-1960). Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF.

Concordamos com Holston (1993) que esse ano, ou seja, 1959, foi o apogeu da Cidade Livre. Visto que as opções de consumo e as formas de comércio, no que deveria ser um núcleo provisório, chegaram ao seu ápice (*ver gráfico 4*). Nessa época a Cidade Livre oferecia desde bens de primeira necessidade até carros, passagens aéreas e gastronomia internacional.

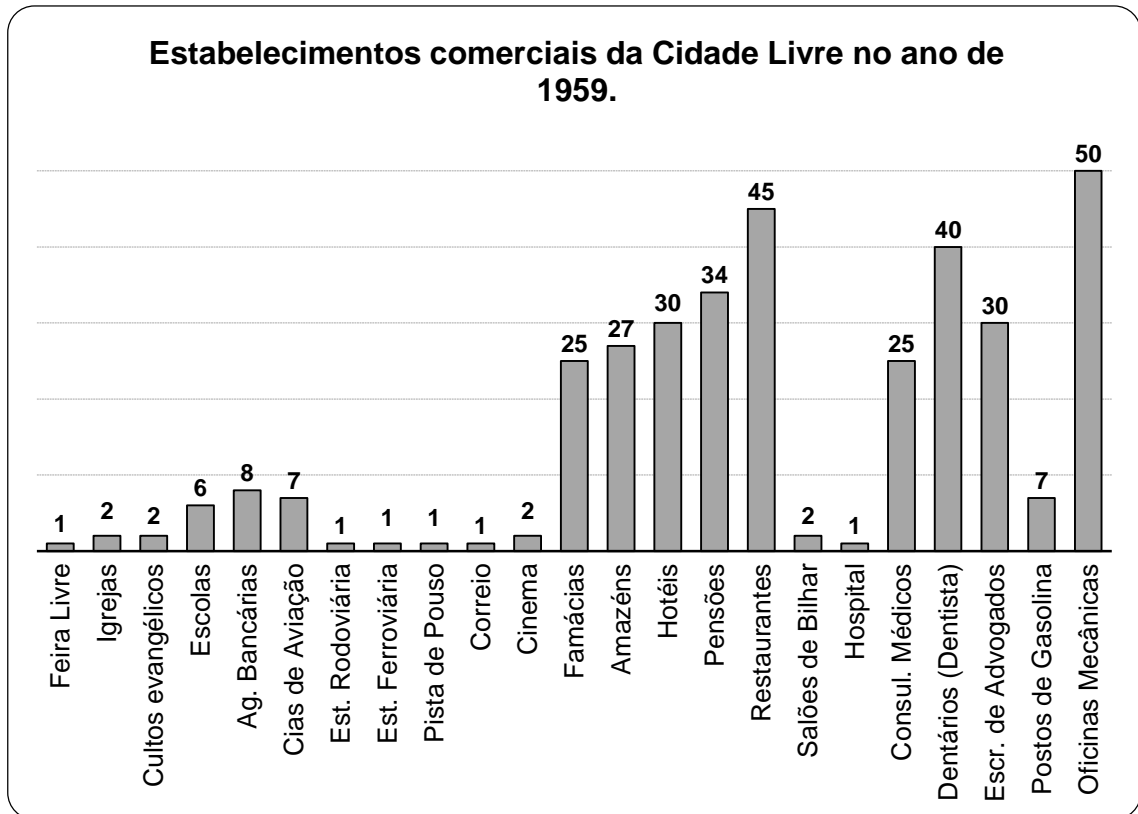


Gráfico 4. Estabelecimentos comerciais da Cidade Livre no ano de 1959.

Fonte: Adaptado de Joffily (1977, p. 51).

Ao todo haviam mais de 1.000 estabelecimentos ou pontos de atividades comerciais, dentre eles, Joffily (1977) quantificou 348. Como é possível notar no gráfico acima, a principal atividade desenvolvida na Cidade Livre, em 1959, estava ligada à manutenção mecânica (50 Oficinas). Número justificável pela grande quantidade de máquinas, tratores e veículos utilizadas na construção de Brasília e por particulares. Nesse sentido, haviam também 7 postos de gasolina para atender essa demanda.

Outras atividades que tiveram destaque foram as que disponibilizavam alimentos. Para atender uma população de 64.314 pessoas (IBGE, 1959) a Cidade Livre dispunha de 45 restaurantes, 27 armazéns e 1 feira livre que continuou atendendo a população do Distrito Federal até o ano de 1961, pois após a inauguração de Brasília o comércio ainda estava concentrado na localidade.

Feira livre, tinha, aqui no Bandeirante era uma potência. Era um feirão livre, tinha de tudo, depois é que surgiu o mercado lá da 5ª, era uma feira grande não sei de quem foi aquela idéia de fundar o que chamava Mercado Diamantina, era tudo aberto para você entrar, igual a essa feirinha que nós temos hoje, mas aquilo era um movimento enorme,

era só um galpão grande e as divisórias dentro, cada um tinha seu comércio aqui dentro, todo mundo respeitava todo mundo, era um comércio livre, a gente falava feira livre, era um comércio livre (Entrevista de Vonges Rosa - ArPDF - Programa de História Oral, p. 14).

O setor hoteleiro também era uma potência, e ainda hoje é uma forte atividade econômica da cidade. Na época, a Cidade Livre oferecia aos trabalhadores que chegavam a Brasília, e aos que migraram com suas famílias, opções para estadia e moradia. Em 1959 haviam cerca de 34 pensões e 30 hotéis, além de pequenos quartos alugados nos fundos dos estabelecimentos comerciais.

As atividades voltadas a saúde também estavam presentes. A localidade possuía um grande hospital, o primeiro hospital de Brasília, Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira - HJKO, que atendia todo o Distrito Federal no período da construção (Vasconcelos, 1989). Existiam ainda cerca de 40 estabelecimentos voltados a serviços odontológicos, 25 consultórios médicos e 25 farmácias.

Esse hospital, é que dava assistência total, era um grande hospital de madeira, e tanto é que mais tarde fizemos o tombamento daquilo para ficar como uma coisa histórica, e até hoje está lá o tombamento (Entrevista de Jorge Cauhy Júnior - ArPDF - Programa de História Oral, p. 10).

As opções de lazer eram limitadas, uma vez que o ritmo da construção era insano e o principal objetivo era o trabalho. Todavia, nas poucas horas livres, os trabalhadores contavam com 2 cinemas, 2 salões de bilhar, diversos bares e uma agitada zona boêmia. Segundo Holston (1993, p. 240), o lazer dos candangos se resumia ao esporte ou ao “trio álcool, prostitutas e filmes na Cidade Livre”.

Não havia quase lazer porque só se pensava em trabalhar, a única coisa que eles gostavam era chegar à noite, dinheiro corria pelos ares à vontade, iam para os bares da cidade beber cerveja, é uma coisa, agora existia também o baixo meretrício, uma zona que tinha muitas mulheres, fazia até fila para cada homem pegar uma mulher (Entrevista de Jorge Cauhy Júnior - ArPDF - Programa de História Oral, p. 10).

Quanto aos serviços oferecidos, essa centralidade, que nos planos governamentais deveria ser provisória, já possuía atributos de uma cidade bem

estruturada. Nela haviam 6 escolas, algumas públicas e as demais de iniciativa privada, inclusive a primeira escola de Brasília foi construída na Cidade Livre.

Os serviços financeiros e bancários já estavam presentes, a localidade contava com 8 agências de Bancos por meio das quais a população guardava, enviava e investia recursos monetários. No que tange aos serviços públicos, a cidade oferecia 1 agência dos correios, 1 estação rodoviária, 1 estação ferroviária e 1 pista de pouso para aeronaves. Havia também 2 igrejas e 2 cultos evangélicos para proporcionar, aos interessados, conforto espiritual. Portanto, a Cidade Livre, entre os anos de 1956 e 1960, apresentava-se como uma verdadeira centralidade, ela “exercia todas as funções como centro polarizador de toda a comunidade trabalhadora nas obras de construção da nova Capital brasileira” (Vasconcelos, 1989, p. 89).

Por meio desses dados (*ver gráficos 3 e 4*) e das informações apresentadas podemos inferir que o comércio e o consumo, na Cidade Livre, se desenvolveram e ampliaram-se em função do aumento populacional na região (*ver gráfico 1 e 2*). Também é possível notar a força que as atividades comerciais têm de influenciar, interferir e transformar a dinâmica e a estrutura urbana das localidades. Isso se torna claro quando vemos, no recorte espacial analisado, o desenvolvimento do comércio relacionado com a transformação e com o crescimento do espaço urbano.

Nesse sentido, percebemos que o comércio viabilizou a criação de fixos e fluxos na Cidade Livre. Como exemplos de elementos fixos, inscritos na paisagem e possibilitando ações, temos os estabelecimentos comerciais, as estruturas urbanas e as habitações que foram erguidas dentro e na periferia dos seus limites territoriais. Dentre os fluxos, que são as ações que interagem, transformam ou instalam-se nos fixos, identificamos o fluxo de pessoas, mercadorias e capital que possibilitaram e promoveram intensas modificações nas estruturas urbanas da cidade (Santos, 1996).

Assim como Santos (1996), entendemos o espaço urbano como lugar de possibilidades. Logo, fatores como o posicionamento estratégico, incentivo governamental no setor comercial, exclusividade espacial da área destinada ao comércio, rápido processo de urbanização e a grande concentração populacional em torno da Cidade Livre possibilitaram que a localidade, em pouco tempo, se tornasse uma centralidade comercial de fundamental importância para concretizar o plano de construir Brasília.

Todavia, o espaço urbano está incluído no paradoxo consenso e conflito (Corrêa, 1989). Assim, durante seus primeiros 4 anos, a Cidade Livre serviu com muita valia aos interesses das elites políticas e burocráticas. Podemos dizer que havia uma concordância, entre os envolvidos com a construção de Brasília, sobre seu papel e importância.

Entretanto, como já foi abordado, entre os planos governamentais pós-construção estava a desativação e demolição do centro comercial. Essa medida era danosa tanto para os empresários quanto para os moradores. E com a aproximação da data de inauguração de Brasília a Cidade Livre tornou-se em um verdadeiro campo de lutas.

3. De Centro Provisório a Região Administrativa do Distrito Federal

3.1 A Cidade Livre ilegal, uma consequência da utopia.

Como vimos nos capítulos anteriores, a Cidade Livre era um centro abastecedor e recreativo que exerceu um papel estratégico durante os anos da construção de Brasília (1956 - 1960). Após esse período, a cidade passaria a ser ilegal e estaria destinada à desativação e demolição pelas forças governamentais, pois não estava inserida no plano urbanístico da Capital modernista.

Em tese, os empresários da Cidade Livre, que possuíam contratos com a NOVACAP, seriam realocados para a W3 Norte para dar início as atividades comerciais do Plano Piloto. No que tange à população da Cidade Livre, a solução imaginada pelas autoridades seria o retorno, dos mesmos, às cidades de origem. O que não aconteceu.

Desse modo, as autoridades decidiram que a população do centro comercial e das ocupações irregulares, que cresciam rapidamente ao seu redor, seriam transferidas para locais mais afastados do centro do poder e a Cidade Livre destruída. Segundo Holston (1993), essas medidas estavam entre as prioridades do Estado em função da proximidade da Cidade Livre com a Capital modernista. Todavia, a desmontagem da cidade-pioneira era desastrosa para os empresários, que já possuíam um cativo mercado consumidor, e para os moradores que criaram relações

sociais e vínculos identitários com o lugar. “Morro na lama, mas não vou para o Gama (risos)” (Dona Maria, 2016. Antiga moradora da Cidade Livre⁴).

Ainda no ano de 1959, com a data da inauguração de Brasília se aproximando, o destino da antiga Cidade Livre começava a preocupar sua população. De acordo com Ribeiro (2008), os mais preocupados com fim dessa pulsante centralidade eram os que estavam envolvidos com atividades comerciais na área. Pois, a mudança para a W3 Norte aparentava ser prejudicial para os negócios, uma vez que a Asa Norte ainda não estava completamente pronta e era ainda pouco povoada.

A população que habitava o centro provisório, e sua periferia, também não queria que destruíssem a cidade. A ideia de ter que sair de um lugar já estruturado, que oferecia diversas opções de bens e serviços, para se instalar em áreas sem nenhuma infraestrutura, bem distantes do Plano Piloto de Brasília, não era nada atraente.

[...] a Cidade Livre proporcionava atividade comercial sem regulamentos e uma quantidade de consumidores tanto em meio à própria população quanto nas favelas ao redor. Do mesmo modo, os favelados encontravam na cidade empresarial sua principal fonte de bens, serviços, crédito e emprego (Holston, 1993, p. 266).

Segundo Holston (1993), esse desejo, de ambas as partes, pela continuidade da Cidade Livre após a inauguração de Brasília motivou a união de moradores e empresários para juntos formarem um movimento e lutarem pela fixação da cidade. A Associação Comercial de Brasília, entidade que representava os empresários locais, liderou o movimento, pois já contava com uma boa estrutura organizacional e prestígio político por conquistas que obteve anteriormente.

A ACB começou a organizar reuniões e debates sobre a delicada situação que em breve a Cidade Livre enfrentaria. Em seguida, foram apresentadas a NOVACAP, por meio de uma publicação em um jornal local, reivindicações em nome de toda a população do Núcleo Bandeirante⁵:

- 1) Integração do Núcleo Bandeirante no plano urbanístico de Brasília como bairro da futura capital da República, com a denominação de “Bairro Bernardo Sayão”.

⁴ Entrevista de Dona Maria concedida ao Grupo de Pesquisa GECIPA - Cidades e Patrimonialização (GEA - UnB), na Vila Metropolitana, Núcleo Bandeirante, no mês março de 2016.

⁵ Em 1958, o Presidente Juscelino Kubitschek chamou a Cidade Livre de Núcleo Bandeirante em função das semelhanças que as pessoas, que circulavam por suas ruas, tinham com os antigos bandeirantes.

- 2) Que seja elaborado pela Novacap com a cooperação desta Associação um plano que, entre outras coisas, fique assegurado o seguinte:
- a) a venda ao proprietário de benfeitoria no Núcleo do respectivo terreno que ocupa;
 - b) que essa venda seja efetuada por um prazo razoável, sem entrada, para ser paga a longo prazo;
 - c) que o produto da venda desses terrenos seja empregado na urbanização do futuro bairro Bernardo Sayão;
 - d) que seja atribuído somente um terreno a cada proprietário de benfeitoria existente atualmente;
 - e) fica reservado à Novacap o direito de vender ou não, um terreno, como imóvel alugado desde que seu legítimo dono nele nunca residiu e jamais tenha residido em Brasília;
 - f) a Novacap, dentro do plano mencionado no ponto dois acima, assegurará a cada habitante pioneiro do Núcleo Bandeirante, comprovado realmente como tal, a preferência para aquisição de terrenos excedentes ou dos que vierem a ser demarcados no futuro bairro.

Fragmento do Jornal “A TRIBUNA”, Núcleo Bandeirante, 20 set. 1959.

(In: Ribeiro, 2008, p. 252)

A resposta do governo não foi satisfatória. Por um lado a NOVACAP não demonstrou nenhuma reação em relação às reivindicações apresentadas, por outro o Presidente Juscelino Kubitschek era contraditório. Ao mesmo tempo que JK parecia apoiar o movimento popular, o mesmo não realizava nada prático para tentar solucionar o impasse.

Com a chegada do ano de 1960, ano da inauguração da nova Capital da República, as pressões sobre a Cidade Livre aumentaram. Espalhavam-se boatos sobre a iminente desativação e demolição do centro comercial. Nesse contexto, é criado o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante – MPFUNB, movimento popular, composto por diversos seguimentos sociais, que reivindicava a fixação da antiga Cidade Livre.

Após meses de apreensão, o dia da inauguração da nova Capital Federal chegou (21 de abril de 1960) e o governo começou a se mobilizar para começar a desmontagem da Cidade Livre. De acordo com Ribeiro (2008, p. 253), apenas um dia depois da inauguração, o Jornal Correio Braziliense dizia em uma manchete: “Núcleo Bandeirante é ilegal desde ontem”.

Um fato interessante, que certamente concedeu um prazo a mais ao centro comercial, foi que no início da década de 1960, no Distrito Federal, as atividades comerciais continuavam concentradas no Núcleo Bandeirante (Ribeiro, 2008). Brasília

inaugurada ainda dependia do centro provisório para se abastecer de bens e serviços. O comércio concebeu a Cidade Livre, e agora a protegia das intenções do Estado.

Meses após a inauguração de Brasília, o centro provisório permanecia de pé e a posição de Kubitschek em relação a cidade continuava ambígua. Segundo Holston (1993, p. 267), o Presidente chegou a realizar declarações à imprensa de apoio à luta dos trabalhadores e a fixação da Cidade Livre. “Garantiu aos pioneiros que “nunca permitiria que a casca fosse jogada fora, depois de espremido e saboreado o fruto” (*Cidade Livre*, 7/7/1960, p. 4)”. Todavia, JK não interviu em nenhuma das duas leis que tramitavam no Congresso, um de autoria de Breno da Silveira e outra de Paulo de Tarso, que visavam legalizar a Cidade Livre. Seu mandato presidencial chegou ao fim e o dilema da cidade provisória continuava.

Durante a corrida presidencial, o candidato Jânio Quadros apoiou abertamente o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante – MPFUNB. O Deputado Federal Paulo de Tarso, autor de um dos projetos a favor da Cidade Livre apresentados a Câmara Federal, possuía fortes ligações com Jânio Quadros e desejava se tornar prefeito de Brasília (Costa, 2011).

A população do Núcleo Bandeirante acreditava que caso Jânio Quadros fosse eleito e Paulo Tarso viesse a ser prefeito de Brasília a situação seria revertida e a cidade regularizada. Após as eleições de 1960, Jânio é eleito e nomeia Paulo de Tarso para ser prefeito de Brasília. Contudo, o presidente eleito recua e se posiciona contrário a fixação do Núcleo Bandeirante. Tem início o período de maior pressão e tensão na cidade, que para as autoridades políticas e burocráticas, deveria deixar de existir.

[...] como nós já tínhamos uma cidade formada de pioneiros, trabalhadores, eles vieram construir Brasília, nós não conformamos em deixar acabar, e quando Jânio Quadros entrou fez uma visita ao Núcleo, ele falou de público: “quero fazer disso aqui a minha vila Maria”. Mas não passou um mês ele começou a mandar arrancar o Núcleo Bandeirante [...] (Entrevista de Jorge Cauhy Júnior - ArPDF - Programa de História Oral, p. 9).

O governo federal fez, na Cidade Livre, um campo de batalhas. [...] em número recorde, edifícios foram demolidos, pessoas expulsas e lojas fechadas; batalhas de rua se desencadearam entre moradores e polícia; multiplicaram-se rumores sobre uma iminente remoção da cidade (Costa; Peluso, 2013, p. 16).

A Cidade Livre passou a sofrer um intenso controle por parte do prefeito de Brasília, antes aliado, Paulo de Tarso. As ações previam a transferência dos moradores das invasões para as cidades-satélites e também a demolição das edificações existentes. Ele também pressionava os comerciantes a cumprirem o contrato estabelecido com a NOVACAP.

Com ajuda da polícia do Distrito e do Exército, ele começou a transferir favelados para as diversas cidades-satélites ou mesmo para outros assentamentos ilegais, simplesmente para vê-los longe da Cidade Livre (Holston, 1993, p. 267).

Para as autoridades da época, a Cidade Livre, com sua grande população, violava o plano urbanístico de Brasília. E a permanência da cidade também desobedecia as ordens da NOVACAP de transferir os empresários, com suas empresas e funcionários, para a W3 Norte. A ordem era clara: destruir a Cidade Livre. Todavia, “Se de uma parte havia essa ordem de retirar o pessoal, do outro lado havia a vontade de ficar” (Entrevista de César Najar Fernandez - ArPDF - Programa de História Oral, p. 5).

3.2 A luta pela fixação da Cidade Livre

Em contraposição às constantes transferências, remoções e derrubadas ocorridas na Cidade Livre, a população se uniu em busca de um só ideal: manter erguida a primeira cidade da Capital. De acordo com Costa e Peluso (2013, p. 14), a resistência as retiradas foram generalizadas, uma vez que “criou-se uma identidade com o território livre”. Os moradores e os empresários pertenciam àquele lugar e juntos lutariam por sua permanência. Esse sentimento de pertencimento deu forças para que a população se organizasse e fizesse frente a ordem unilateral dos agentes do Estado.

É, houve resistência, eu era um grande esteio da resistência, Garcia que ainda estava na presidência do movimento pró-fixação, porque eles não queriam o Bandeirante, mas veja bem, já tinha começado Sobradinho, Taguatinga, nós achamos que não era possível, se podia fazer outra satélite então porque não fazer a que já estava pronta? Era só dar melhoramento, já tinha infra-estrutura (Entrevista de Waldemar Alves de Magalhaes - ArPDF - Programa de História Oral, p. 9).

Com o risco da erradicação total da cidade-pioneira o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante – MPFUNB ganhou novos adeptos e se fortaleceu obtendo um alto grau de organização e mobilização. O Movimento passou a ser formado por empresários, comerciantes, professores, estudantes, advogados e trabalhadores de diversos sindicatos.

A Associação Comercial de Brasília – ACB, possuía uma grande quantidade de recursos, e passou a patrocinar e coordenar o movimento popular que ampliava cada vez mais suas bases de atuação. Assim, o MPFUNB passou a ter vários segmentos de ação e entidades ligados a ele com o objetivo de garantir a permanência da cidade (Holston, 1993).

Estava sendo organizada a luta para defender a Cidade Livre. Vale ressaltar que os recursos financeiros e a estratégia organizacional foram fundamentais para fortalecer o Movimento que enfrentava diretamente as forças estatais. O MPFUNB se diferenciou dos demais movimentos que ocorreram no Distrito Federal, na mesma época, e que também reivindicavam o direito a cidade, pois foi apoiado pelas elites econômicas locais que não aceitavam a determinação do Estado de destruir a centralidade comercial que lhes auferiam tantos lucros.

De acordo com Holston (1993, p. 267-268), a composição organizacional do MPFUNB era composta por “um presidente, três vice-presidentes, um secretário e um tesoureiro, além de uma série de departamentos, entre os quais o de publicidade, o de relações públicas e o de cultura”. Por meio dessa estrutura o movimento pretendia alcançar dois objetivos, o primeiro era mobilizar a população da cidade e o outro era fazer pressão e influenciar autoridades públicas.

Para alcançar o primeiro objetivo, desenvolveu uma intensa campanha de mídia, utilizando seu próprio jornal e, de forma mais eficiente, filmes difundindo os episódios do conflito. Nesse esforço, o MPF teve absoluto sucesso. Conquistou apoio generalizado junto a todos os setores da sociedade pioneira, valendo-se de adesões interclasse e interstatus (por parte de empresários, trabalhadores, profissionais liberais e favelados) e de um apoio esmagador por parte das organizações dos pioneiros [...] (Holston, 1993, p. 268).

A capacidade do MPFUNB de alcançar e mobilizar grandes massas foi possível graças ao forte investimento em propaganda e por eventos culturais que organizou. Por meio do jornal oficial do Movimento, O núcleo Bandeirante, a população sempre

estava informada sobre os últimos acontecimentos referentes às ações pela fixação da cidade e sobre onde e quando seriam os próximos atos.

Segundo Ribeiro (2008), esse articulado movimento chegou a realizar filmes sobre as manifestações que organizava. Sendo que os resultados dessas obras cinematográficas eram projetados em locais públicos do Núcleo Bandeirante para garantir a continuidade da mobilização popular.

Essas ações tinham como objetivo principal mobilizar o máximo possível de pessoas para pressionar o Congresso Nacional a legalizar o Núcleo Bandeirante. Segundo Holston (1993 p. 268), além dessas ações, o Movimento Pró-Fixação estrategicamente organizou a população em dois seguimentos, um relativo ao lugar de moradia e o outro relativo ao local de nascimento. O primeiro consistia em uma atuação local, onde os próprios moradores faziam vigilância contra as remoções e derrubadas. Já o segundo segmento de organização, dividia a população por estados, e era responsável por fazer “lobbies estaduais” junto a políticos e funcionários públicos de seus estados natais.

Essa forma estratégica de atuação garantiu uma resistência mais eficaz contra as forças policiais, que conduziam as derrubadas, e também uma ampliação na rede de apoiadores do Movimento. Todavia, os confrontos com o Estado ficavam cada vez mais violentos e uma parcela da população começou a ceder em função das pressões e violências. Muitos moradores aceitaram a proposta e se mudaram da Cidade Livre. Os trabalhadores foram para as cidades-satélites e alguns comerciantes para a W3 Norte, porém a oferta de locais na Asa Norte estava esgotando e muitos comércios foram transferidos para as mesmas cidades que a população pobre.

De acordo com Holston (1993, p. 169), mesmo com alguns desistindo de lutar e com conflitos internos começando a ocorrer na direção do Movimento Pró-Fixação, a população que continuava na Cidade Livre estava disposta a continuar lutando. A cidade passou para “um estado de aberta rebelião”.

Durante esse turbulento momento da luta pela fixação, onde violentos confrontos entre a prefeitura e a população eram frequentes, Jânio Quadros renuncia a Presidência da República. Para Holston (1993, p. 269), o efeito imediato desse fato político neutralizou as retiradas e derrubadas no Núcleo Bandeirante. O vice-presidente João Goulart, que assumiria a presidência, era simpático ao MPFUNB e contribuiu nas negociações junto a deputados e senadores. Desse modo, “o palco do conflito saiu das ruas para localizar-se nos gabinetes do presidente e do Congresso”.

Assim, o deputado Bruno da Silveira pode angariar cada vez mais votos para seu projeto de lei que tinha como objetivo legalizar a Cidade Livre.

O MPFUNB continuou com estratégias de pressão e realizou comícios e articulações no Congresso Nacional que, após muitos empasses e conflitos, resultaram na Lei nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961. Essa Lei garantia a permanência definitiva da Cidade Livre e a tornava uma cidade-satélite do Distrito Federal. O primeiro centro comercial de Brasília passou, então, a ser chamado definitivamente de Núcleo Bandeirante, ocupando uma área de 1,15 Km².

Em 14 de dezembro 61 foi a fixação, o presidente esteve lá, nós fizemos uma festa muito grande no Bandeirante, matamos quase uma dúzia de vaca, levamos caminhão de tomate, pão, outras coisas, fizemos uma festa gigante para a fixação (Entrevista de Waldemar Alves de Magalhaes - ArPDF - Programa de História Oral, p. 9).

Segundo Ribeiro (2008), há indícios de que a fixação do Núcleo Bandeirante beneficiou mais a elite econômica local do que propriamente a população que habitava a cidade. Isso porque, após a regularização e fixação, muitas casas que estavam fora do perímetro da Cidade Livre, nas consideradas invasões, foram demolidas em função do projeto urbanístico que seria efetuado pelo governo na nova cidade-satélite. Desse modo, uma grande parcela da população foi remanejada para outras áreas sendo excluída dessa vitória.

Todavia, mesmo com o apoio e influência do setor empresarial, não podemos desconsiderar o triunfo que a população do Núcleo Bandeirante conquistou. É preciso deixar claro que o Movimento Pró-Fixação só obteve êxito devido a grande adesão popular. A população mobilizada foi capaz de pressionar os tomadores de decisão a permitirem que a cidade, livre e rebelde, continuasse erguida.

3.3 De centro provisório a Região Administrativa

Após a fixação e a regularização da cidade que abasteceu Brasília durante sua construção, o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante não se desfez completamente. Agora era necessário reivindicar por serviços urbanos que a localidade ainda não possuía. “Depois da fixação a nossa luta foi justamente para a

urbanização [...]” (Entrevista de Jorge Cauhy Júnior - ArPDF - Programa de História Oral, p. 9).

O Núcleo Bandeirante foi reconhecido como uma cidade-satélite em 1961 por meio de muita luta e pressão, todavia a cidade não possuía ainda serviços urbanos básicos como distribuição de água, energia elétrica e asfaltamento. De acordo com relatos de antigos moradores, essas benfeitorias não haviam chegado porque pessoas e setores da estrutura burocrática de Brasília continuavam com a esperança de desativar o Núcleo Bandeirante.

[...] a fixação já era para ser feita com água, luz, telefone, essas coisas tudo. Mas como o diretor do departamento de luz que era o DCL, na época, era o Afrânio, ele era um dos que faziam parte do grupo de Israel Pinheiro então ele ainda acreditava na retirada do Núcleo Bandeirante, não queria pôr luz de forma alguma, a gente ia quase todo dia no departamento dele que era onde hoje funciona a administração da Candangolândia, ali que era a administração da NOVACAP (Entrevista de Waldemar Alves de Magalhaes - ArPDF - Programa de História Oral, p. 9).

Diante desse impasse a população do Núcleo Bandeirante continuou unida. A questão da água foi resolvida por meio de um mutirão de moradores e funcionários da NOVACAP que juntos construíram uma rede de água para abastecer a cidade. “[...] fizemos uma rede de água, onde está a minha chácara hoje, fizemos mutirão, uma caixa, movimentamos comerciantes, cada um deu Cr\$ 5.000,00 naquela ocasião, era até um bom dinheiro, compramos material e fizemos” (Entrevista de Waldemar Alves de Magalhaes - ArPDF - Programa de História Oral, p. 8).

Porém, ainda faltava a luz. Esse serviço urbano a população reivindicou junto ao próprio Presidente da República:

O Afrânio... um dia nós fomos em uma festa, eu era convidado para todas as festas que tinha, porque eu era um dos fundadores da Associação Comercial, ocupava o principal cargo da maçonaria em Brasília, então todo mundo me conhecia e em uma das festinhas ele tomou uns golinhos e cometeu uma bobagem, “Olha, eu ponho luz em qualquer lugar, no mato aqui em Brasília, menos no Núcleo Bandeirante.” Quando ele falou assim, nós não dissemos nada para ele, no outro dia nós estávamos no Palácio da Alvorada [...] e falamos logo com o presidente: “Olha, o Afrânio é que tava trabalhando, que num quis pôr luz no Núcleo Bandeirante e disse que num põe a luz no Núcleo Bandeirante”. [...] ele perguntou: “Quantos dia vocês acham que dá prá instalar a luz lá no Núcleo Bandeirante?” [...] “10, 12 dias

dá prá instalar a luz.” A cidade era pequena dava para instalar a luz [...] ele disse: “manda bater um ofício envia lá para o Evaristo e manda uma cópia lá pro Afrânio, e no ofício você põe: tal dia e tal hora o presidente da república estará inaugurando a luz lá no Núcleo Bandeirante” (Entrevista de Waldemar Alves de Magalhaes - ArPDF - Programa de História Oral, p. 8-9).

E de fato, o então presidente João Goulart inaugurou, em uma cerimônia simbólica, a distribuição de energia no Núcleo Bandeirante (Joffily, 1977). Aos poucos a população seguia conquistando benfeitorias para a cidade. Assim, na década de 1970, a Avenida Central e a 2ª e 3ª Avenidas do Núcleo Bandeirante já apresentavam os serviços urbanos reivindicados pelos moradores e as construções de alvenaria continuam substituindo as de madeira (*ver tabela 1*).

EDIFICAÇÕES SISTEMA HABITACIONAL				
HABITAÇÕES PROPRIAMENTE DITAS				
TIPOS	MATERIAL E QUANTIDADE DE CONSTRUÇÕES		TOTAIS	MÉDIA DE HABIT. POR DOMICÍLIO
	Madeira Barraco	Alvenaria Médio		
LOCAIS				
Avenida Central	483	124	607	5
2ª Avenida	241	254	495	5
3ª Avenida	213	69	282	6
Av. Contorno	309	27	336	6
Área Especial	0	0	0	0
Área Abaixo do Contorno	177	0	177	5
TOTAL	1.423	474	1.897	

Tabela 1. Edificações – Sistema Habitacional. Fonte: GDF, 1974.

Nesse momento, para atender o plano urbanístico, as ocupações ilegais dentro e no entorno do perímetro urbano do Núcleo Bandeirante já estavam praticamente todas erradicadas (GDF, 1974). O que acarretou uma brusca queda no contingente populacional (*ver gráfico 5*).

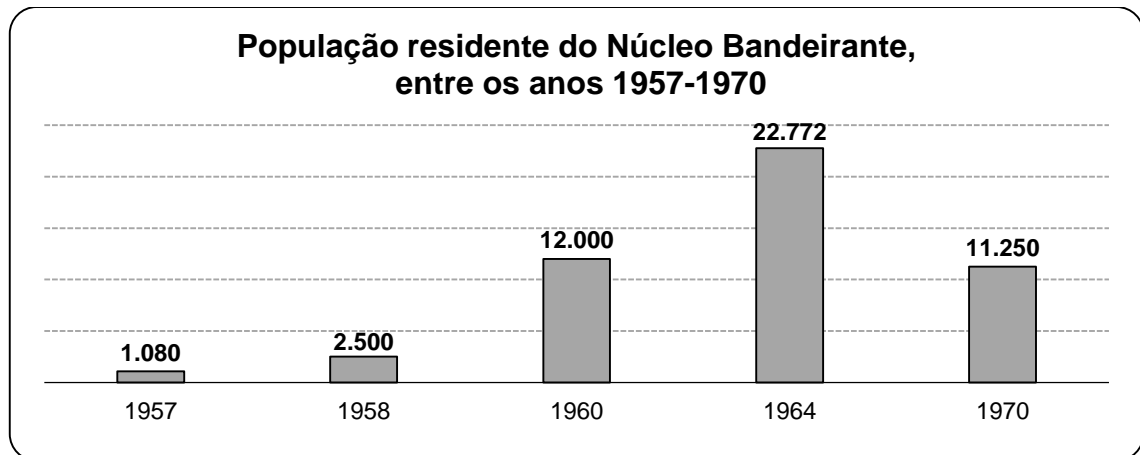


Gráfico 5. População residente do Núcleo Bandeirante, entre os anos 1957-1970.

Fonte: GDF (1974) e IBGE (1959; 1960; 1970).

Além da queda populacional, o plano urbanístico que estava sendo posto em prática pelo poder público também influenciou na diminuição do número de casas e estabelecimentos comerciais (GDF, 1974). Podemos dizer que as ações do Estado promoveram a segregação, criaram novos usos para o território e modificaram o espaço urbano do Núcleo Bandeirante.

Na década seguinte, em 1981, a cidade foi ampliada por meio da Decisão nº 93/80 CAU e passou a contar com uma área de 3,15 km². Com essa ampliação o Núcleo Bandeirante incorporou a Vila Metropolitana, pequeno núcleo urbano que foi construído junto a Cidade Livre para abrigar os engenheiros que trabalhavam na terraplanagem da pista de pouso do aeroporto de Brasília (Costa, 2011).

Após uma série de impasses, a Vila Metropolitana foi fixada em 1984. Em virtude do adensamento populacional e da conseqüente expansão da mancha urbana do Núcleo Bandeirante, a Vila passou a fazer parte do tecido urbano da cidade. Trata-se de uma área que, mesmo com a descaracterização, ainda guarda em sua paisagem marcas históricas que remontam aos anos da construção (*ver foto 18 e 19*).

Na década de 1980 o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO já estava desativado, todavia haviam uma ocupação irregular na área do antigo hospital. De acordo com Costa (2011), a empresa responsável pela área tentou demolir as edificações e pressionar a saída dos moradores que ali estavam. Contudo, esses moradores solicitaram aos órgãos competentes o tombamento do hospital, alegando a importância histórica do local, como uma estratégia para garantir a manutenção da

área. Eles conseguiram torná-lo patrimônio em 1985, porém foram transferidos para a Candangolândia junto com outros moradores de áreas irregulares.



Foto 18. Capela Nossa Senhora Aparecida (1959): Tombamento pelo DEPHA-DF. Vila Metropolitana, NB. Rafael Rodrigues, 2016.



Foto 19. Habitação de madeira na Vila Metropolitana, NB. Rafael Rodrigues, 2016.

No final da década de 80, em 1989, o Núcleo Bandeirante foi mais uma vez ampliado. O Decreto nº 11.921 – Lei 049, de 25 de outubro de 1989, ampliou sua área para 143,58 km² e o transformou em uma Região Administrativa do Distrito Federal – RA VIII. Após a promulgação a cidade passou ser composta pelo Núcleo Bandeirante Tradicional (Avenida Central, 2^a e 3^a Avenida), Setor Placa da Mercedes, Setor de Mansões Park Way, Setor de Postos e Motéis, Setor Industrial Bernardo Sayão, Setor CAUB I e II, Zoológico, Catetinho, Riacho Fundo, Candangolândia, Área de Desenvolvimento Econômico, Vila Metropolitana, Vila Nova Divinéia, Granja do Ipê, Granja do Riacho Fundo, Colônia Agrícola Sucupira, Núcleo Rural Vargem Bonita e Núcleo Rural Córrego da Onça (CODEPLAN, 2015).

Já no ano de 1994, segundo Costa (2011), a Candangolândia e o Riacho Fundo também se transformaram em Regiões Administrativas. A Candangolândia passou a ser a RA XIX e o Riacho Fundo a RA XVII. Com isso a área do Núcleo Bandeirante foi reduzida para 82,32 km². Durante essa década, a ocupação irregular localizada do lado direito da rodovia foi fixada e incorporada aos Setores de Postos e Motéis e de Indústrias Bernardo Sayão.

Desse modo, podemos perceber como as decisões tomadas pelo Poder Público interferem no ordenamento territorial das cidades e conseqüentemente nas dinâmicas

comerciais. Algumas dessas ações ocorrem devido pressão popular, outras são tomadas para atender a interesses políticos e econômicos. No caso do Núcleo Bandeirante novos usos do território foram criados, incorporados e modificados. Essas atribuições que foram impostas ao espaço influenciaram diretamente a dinâmica urbana da cidade.

Atualmente, segundo dados da PDAD (2015), pesquisa realizada pela CODEPLAN a cada dois anos, a população residente do Núcleo Bandeirante é de 25.072 habitantes e apresenta uma tendência de crescimento (*ver gráfico 6*). Em comparação com o ano de 2013 percebemos que houve um aumento de 2,82% na população da cidade.

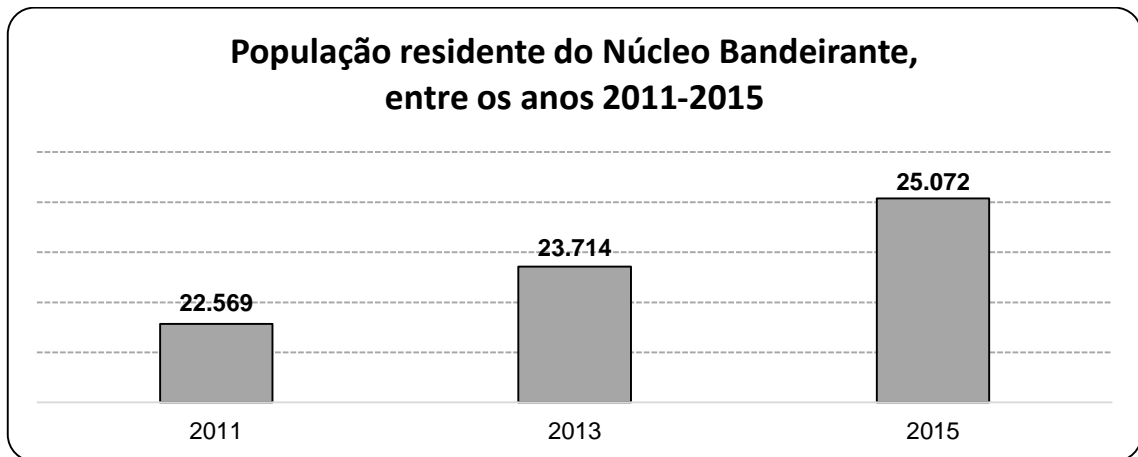
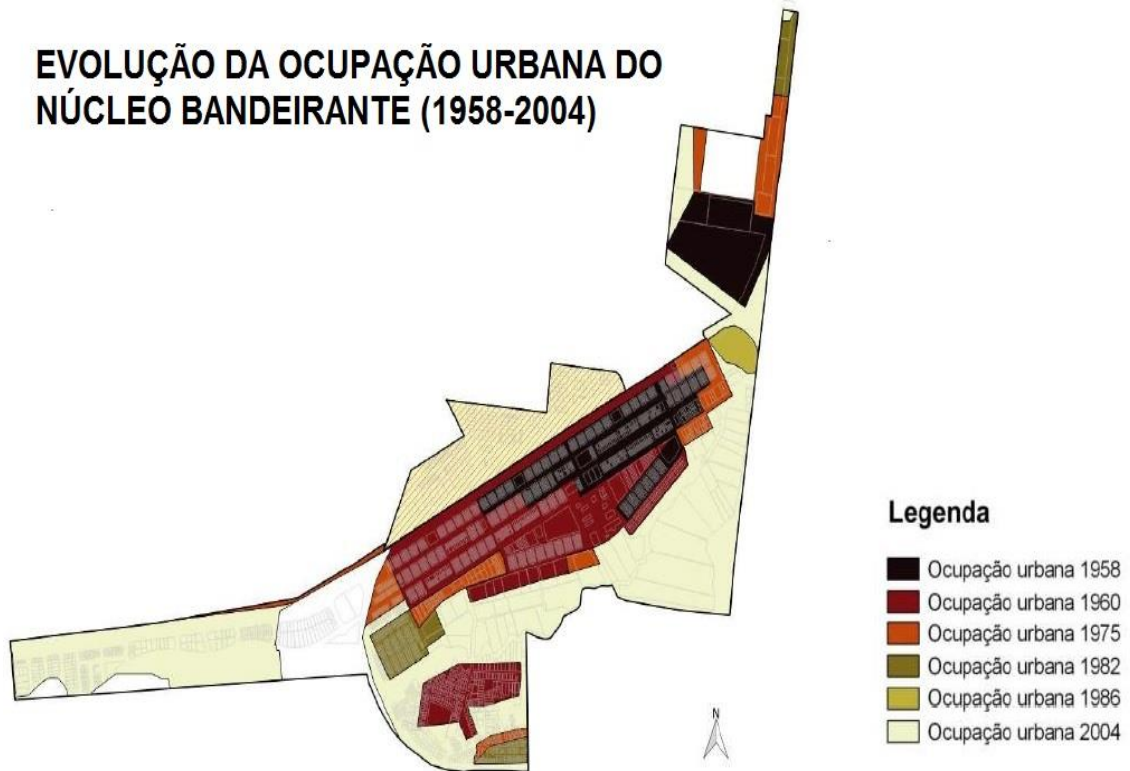


Gráfico 6. População residente do Núcleo Bandeirante, entre os anos 2011-2015.
Fonte: Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios – PDAD 2015.

A área que hoje corresponde a Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RAVIII foi sendo ocupada, ao longo dos anos, respondendo a evolução populacional e a conseqüente ampliação das demandas por habitações, bens e serviços (*ver mapa 4*). Esse fenômeno ocorre porque quando há um crescimento no contingente populacional cresce também as necessidades de consumo que passam a ser atendidas por antigas e novas formas de comércio.

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DO NÚCLEO BANDEIRANTE (1958-2004)



Mapa 4. Evolução da ocupação urbana do Núcleo Bandeirante (1958-2004)

Fonte: Adaptado DEURA/CODEPLAN, 2015.

Portanto, do ano em que foi criado, em 1956, aos dias atuais a paisagem urbana do Núcleo Bandeirante vem se transformando rapidamente. Os barracos de madeira, característica marcante dos tempos da construção de Brasília, deram lugar as edificações de alvenaria. Segundo dados da CODEPLAN (2013), a Região Administrativa apresenta 98,40 % de suas edificações em alvenaria.



Foto 20. Verticalização no Núcleo Bandeirante. Fonte: CODEPLAN, 2015.

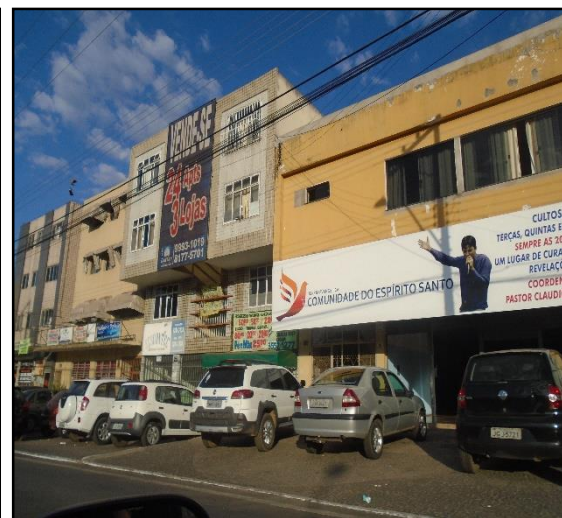


Foto 21. União entre a habitação e o comércio. Rafael Rodrigues, 2016.

Em função da forte pressão habitacional, ocasionada pelo aumento populacional, constatamos em campo uma tendência a verticalização no Núcleo Bandeirante (ver foto 20). Uma vez que para atender a crescente demanda, novos apartamentos e quitinetes estão sendo criados. De acordo com dados do DEURA/CODEPLAN (2015), esse fenômeno realmente está acontecendo e hoje o número de apartamentos na cidade já é maior que o número de casas (ver tabela 2).

Evolução da Verticalização no Núcleo Bandeirante		
Ano	% de Casas	% de Apartamentos / Quitinetes
2011	48,42	50,08
2013	42,6	56,4
2015	40,4	59,6

Tabela 2. Evolução da Verticalização no Núcleo Bandeirante (2011-2015)
Fonte: DEURA/CODEPLAN, 2015.

Um fato que nos chamou a atenção durante as atividades de campo foi que muitos desses apartamentos e quitinetes estão localizados nas três principais avenidas comerciais da cidade (Avenida Central, 1ª e 2ª Avenida), que são justamente as três primeiras avenidas que formavam a Cidade Livre (ver foto 21). Portanto, o Núcleo Bandeirante, de certa forma, guarda características urbanas de seus anos iniciais, onde a população morava justamente onde as trocas comerciais aconteciam.

Podemos dizer que com o passar dos anos o Núcleo Bandeirante continuou sendo uma cidade fortemente dedicada às atividades comerciais, onde os dados nos apontam que o setor que mais se destaca na Região Administrativa é o comércio, empregando 35,70% da população. Mesmo após as transferências forçadas e voluntárias, que ocorreram na Cidade Livre, o setor comercial continua forte na RA.

Nela é possível encontrar diversos estabelecimentos comerciais concentrados nas famosas Avenidas que cortam a cidade. Há também o Mercado Tradicional do Núcleo Bandeirante, em funcionamento há 3 décadas, que possui cerca de 200 boxes de venda espalhados por seus dois andares. Nele são oferecidos aparelhos eletrônicos, vestimentas, joias, alimentos, serviços de manutenção, beleza. A cidade conta também com a Feira Permanente do Núcleo Bandeirante. Esta feira é referência para aqueles que procuram por comidas típicas. São oferecidos grãos, cereais, sementes, queijos, aves, carnes. O comércio continua vivo na antiga Cidade Livre.

Dentre os diversos usos do território que o Núcleo Bandeirante apresenta atualmente, um em específico merece destaque em nossa pesquisa por guardar a memória daqueles que com suor ergueram Brasília. Trata-se do Museu Vivo da Memória Candanga, que está localizado onde funcionava o antigo hospital JKO.



Foto 22. Museu Vivo da Memória Candanga. Núcleo Bandeirante, DF.
Rafael Rodrigues, 2016.

O museu é um dos poucos locais destinados a preservar a memória daqueles que de fato construíram Brasília. Ele mantém uma exposição permanente denominada “Poeira, Lona e Concreto” que contém um valioso acervo sobre a memória operária da construção de Brasília e tem como objetivo principal manter viva a memória dos Candangos.

Por fim, entendemos o Museu Vivo da Memória Candanga, a Vila Metropolitana e o Núcleo Bandeirante, em sua totalidade, como lugares de memória. Onde memórias, individuais e coletivas, atreladas a rugosidades⁶ inscritas na paisagem preservam uma parte importante da história do Distrito Federal.

⁶ Ver SANTOS (1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio é uma atividade econômica predominantemente urbana. Ele é capaz de designar e redefinir usos do território, criar centralidades e gerar fluxo de pessoas, mercadorias e capital. As atividades comerciais também modificam valores, concentram lucro, atraem mão de obra.

A cidade possui uma íntima relação com o comércio e com o consumo, sendo essa relação fundamental para a existência da vida urbana. O espaço urbano é, portanto, meio e condição para que a relação comércio/consumo continue a se realizar garantindo a vida nas cidades.

Isso ocorre porque as cidades contam com um aglomerado expressivo de pessoas, possíveis compradores, e com uma grande infraestrutura de transporte. Por onde é possível movimentar mais mercadorias em menos tempo e atingir um contingente bem maior de consumidores.

No caso do Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, a necessidade de haver atividades comerciais durante a construção de Brasília, para suprir as necessidades dos trabalhadores, foi o principal motivo que levou as autoridades a destinar esta área para a prática de atividades comerciais, de serviços e lazer durante o período da construção.

O sítio onde está implantado foi escolhido estrategicamente entre dois rios e duas importantes rodovias, assim garantia-se o abastecimento de água e os fluxos que o comércio proporciona. Para incentivar este setor econômico, o governo cedeu lotes e garantiu a isenção total de impostos sobre o que era comercializado na cidade. Por essa razão, o nome Cidade Livre.

Em função desses fatores, e do crescente aumento populacional, não demorou muito até a Cidade Livre se tornar uma centralidade comercial e oferecer toda sorte de produtos e serviços aos envolvidos com a construção.

A população do Distrito Federal continuava aumentando de forma rápida e intensa. E como a demanda era enorme e a oferta por habitações não atendia a todos, em torno desse dinâmico centro comercial começaram a aparecer imensas ocupações irregulares que abrigavam milhares de pessoas.

O que para o governo era uma preocupação, para os comerciantes era uma potencialidade. Isso porque unia a oferta e a demanda por produtos e serviços. Entre

os anos 1956 e 1960 (ano da inauguração) a Cidade Livre continuou crescendo e aumentando suas formas de comércio. Contudo, com a inauguração da nova Capital do Brasil, a cidade comercial deveria ser desativada e demolida.

Os moradores e os empresários da Cidade Livre não aceitaram as remoções e transferências. E para fazer frente a essa decisão governamental uniram-se e lutaram pela fixação da cidade. Após vários conflitos, muitos deles violentos, a população conquistou junto à Câmara dos Deputados o direito a fixação da cidade, agora chamada de Núcleo Bandeirante. Que por sinal é a única Região Administrativa do Distrito Federal que precisou ser garantida por força de lei e sancionada pelo Presidente da República.

Dentro dos planos traçados, a Cidade Livre teria que desaparecer com a inauguração de Brasília, o que não foi possível; as reivindicações surgidas foram mais fortes do que se poderia supor, com “ardorosos paladinos” na Câmara dos Deputados; até que a prefeitura resolveu urbanizá-la, tolerando-a como mais uma cidade satélite (Joffily, 1977, p. 52).

Os anos se passaram e, seguindo suas características iniciais, o Núcleo Bandeirante continuou sendo uma cidade voltada ao comércio. Atualmente, a cidade não atende a todo o Distrito Federal como anteriormente, em razão da criação de outras centralidades, mas possui diversas formas comerciais que abastecem sua população local.

Ao analisarmos essa rica história, de união e luta por um objetivo comum, percebemos a urgente necessidade de guardar, preservar e divulgar as memórias, individuais e coletivas, que antigos moradores têm sobre a Cidade Livre. Essas memórias fazem parte da identidade do Núcleo Bandeirante e compõe a real história do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M.L. e SPOSITO, M. E. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 19-39.
- ALMEIDA, Estephany. **Iconografia das transformações espaciais e técnicas de São Sebastião - DF**. Brasília: Universidade de Brasília. Projeto de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, Orientador: Everaldo Costa, 2015.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Núcleo Bandeirante: a cidade que nasceu livre**. Cadernos de Pesquisa – nº 9. 1ª Edição, Brasília, 2004.
- SALGUEIRO, Teresa.; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (org.) **Cidade e Comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. p. 9 - 39.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BITTENCOURT, Durval. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 24p.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança de Velhos**. 13ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. 2ª ed. São Paulo: Atelie, 2004. v.1.
- CAUHY JÚNIOR, Jorge. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 17p.
- CAVALHEIRO, Prima Mandotti. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 15p.
- CHÂTEAUBRIANT ACTUALITES. **Production Fordiste**.
<<http://www.paysdechateaubriant.fr/photo/art/default/4720905-7051932.jpg?v=1347568146>>. Acesso em: Maio de 2016
- CLEPS, Geisa. O comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. **Sociedade & Natureza** (UFU. Impresso), Uberlândia - MG, v. 16, n.30, p.117-132, 2004.
- CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio**. Brasília: GDF, 2015.
- CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio**. Brasília: GDF, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

COSTA, Everaldo B; PELUSO, Marília L. Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). In: XII SIMPURB - Simpósio Nacional de Geografia Urbana, **Anais do XII SIMPURB**, Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

COSTA, Graciete. **As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. 2011. 705 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

CUNHA, Salvador Átila. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 19p.

DEURA / CODEPLAN. **Núcleo Bandeirante – RA VIII**. Brasília: GDF, 2015.

ECONOMIE COLLABORATIVE. **Travail Salari**. <<http://www.economie-collaborative.fr/wp-content/uploads/2015/08/Travail-salari%C3%A9-a-la-chaine.jpg>>. Acesso em: maio de 2016.

FERREIRA, Marieta. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta (org.). **Entre-Vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GDF - Governo do Distrito Federal. **Núcleo Bandeirante 1956-1974**. Brasília: Editora Gráfica Uberaba, 1974.

GEORGE, Pierre. **Geografia do Consumo**. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 1965.

HAINÉ, Else Pereira. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 30p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HOLSTON, James. **A cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo experimental de Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

JOFFILY, Geraldo. **Brasília e sua ideologia**. Brasília: Thesaurus, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, capítulo: Memória. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 423-477.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMT, 1999.

ORTIGOZA, Sílvia. **Geografia e Consumo: Dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano**. 2009. 283 p. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

PELUSO, Marília; CANDIDO, Washington. **Distrito Federal: paisagem, população & poder**. São Paulo: HARBRA, 2006.

PONTES, Antônio de Paula. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 18p.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

ROSA, Vonges. **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 19p.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SÓ HISTÓRIA. **Transformações econômicas no período medieval**. <<http://www.sohistória.com.br/ef2/medievaleconomia/>>. Acesso em: junho de 2016.

SOBREIRA, Rafael; ALMEIDA, Estephany; BRETAS, Virgílio. Os dois circuitos da economia urbana no comércio local: Sobradinho I - Distrito Federal - Brasil. In: **XV Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL**, Habana, Cuba, 2015.

VARGAS, Heliana. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC. v.01, 2001.

VASCONCELOS, Adirson. **A epopeia da construção de Brasília**. Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

VASCONCELOS, Adirson. **As cidades satélites de Brasília**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

VASCONCELOS, Pedro. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos**, Salvador - BA, v. 5, p. 147-157, 2009.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – Comércio e consumo na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante - Distrito Federal), face a construção de Brasília.

1º Bloco: Caracterização do entrevistado

- a) Nome
- b) Idade
- c) Local de origem
- d) Data de chegada na Cidade Livre

2º Bloco: Olhar sobre a fixação popular na Cidade Livre

- a) Qual foi o motivo da vinda do senhor(a) para a Brasília?
- b) Qual era a ocupação do senhor(a) nos anos da construção de Brasília? O senhor(a) acha que participou de alguma forma da construção da Capital?
- c) Como ocorreu a sua fixação na Cidade Livre? Quais foram as dificuldades encontradas?

3º Bloco: Comércio e consumo na Cidade Livre

- a) Como o senhor(a) caracterizaria o comércio na Cidade Livre durante e depois da construção de Brasília?
- b) Onde se concentravam as casas e os estabelecimentos comerciais na cidade?
- c) O comércio era apenas local ou atendia outras regiões do Distrito Federal? Como era o fluxo de pessoas na cidade?
- d) Quais eram os principais produtos e serviços oferecidos? Havia opções de lazer?
- e) Como o senhor(a) descreveria a vida cotidiana na Cidade Livre?

4º Bloco: Movimentos populares pela permanência da Cidade Livre

- a) Quais foram as dificuldades encontradas pela população para a fixação da Cidade Livre?
- b) O senhor(a) tem conhecimento de algum dos movimentos populares pela fixação da Cidade Livre? Participou de algum?
- c) Como o governo reagia aos movimentos populares pela fixação da Cidade Livre?
- d) Após a regularização da Cidade Livre como a população reagiu?

5º Bloco: Transformações espaciais na Cidade Livre

- a) Como eram feitas as casas e os estabelecimentos comerciais no início da Cidade Livre?
- b) O que mudou comparado com antigamente? Na sua opinião quais fatores contribuíram com essas transformações?
- c) Como o senhor(a) vê a cidade do Núcleo Bandeirante hoje?